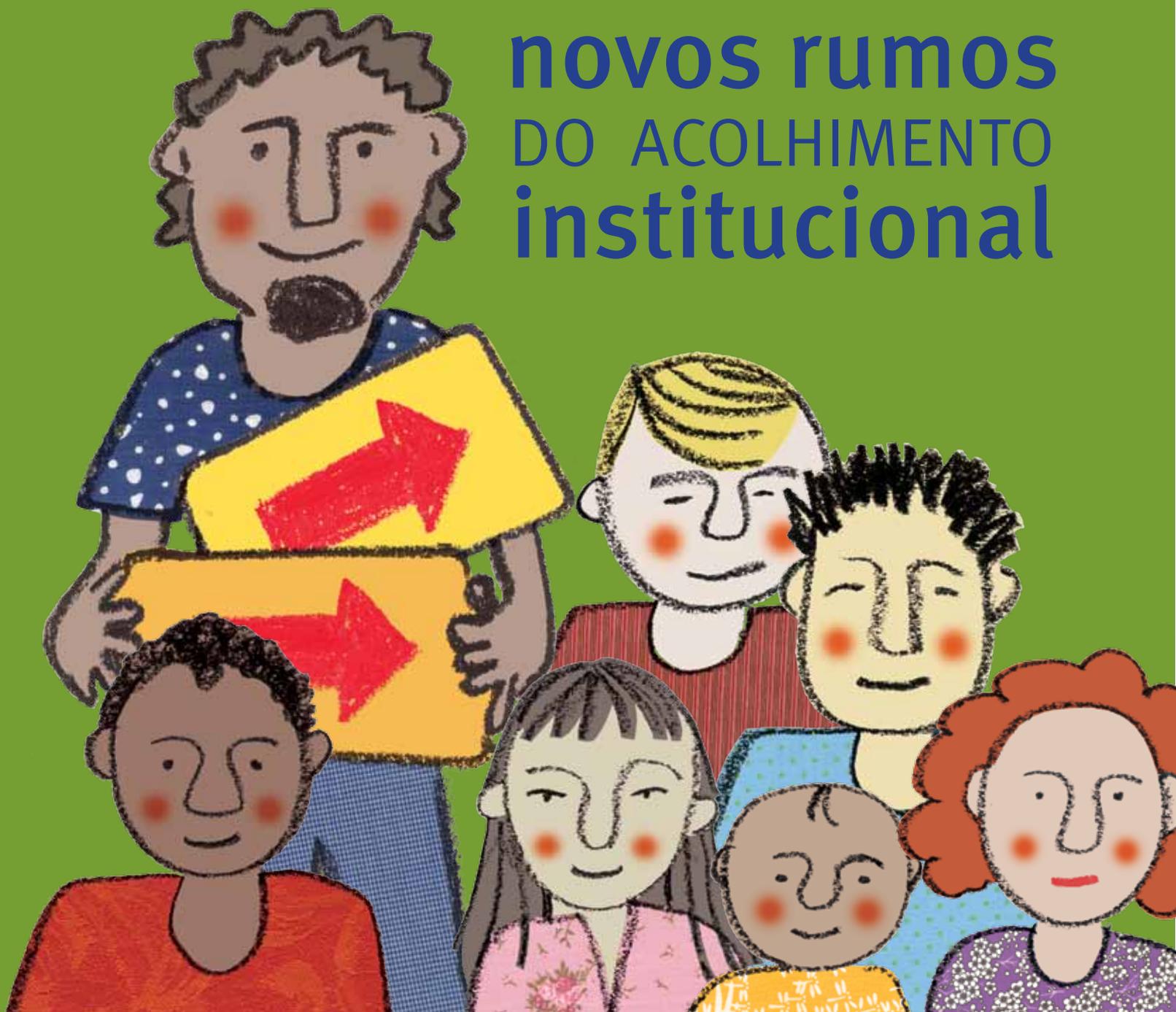


novos rumos DO ACOLHIMENTO institucional





novos rumos DO ACOLHIMENTO institucional

apoio:



CRÉDITOS

Autoria do texto

María Lúcia Carr Ribeiro Gulassa

Colaboração especial

María do Carmo Krehan; Rita de Cássia Oliveira;

Vera Lúcia Frederico; Isa María F. Rosa Guará;

Leitura crítica

Cristina Almeida Souza; Myrian Veras Baptista;

Jane Valente; María Clotilde Rossetti-Ferreira; Equipe

Cindedi – USP Ribeirão Preto; Yara Sayão

Leitura crítica SEDESE

Fernanda Flaviana Martins; Adriane Fan; Ivan Ferreira da

Silva; Murilo Tadeu Moreira da Silva

Revisão

Ivy Gonçalves de Almeida

Coordenação editorial

Isa María F. R. Guará

Projeto gráfico e diagramação

Fonte Design

Capa e ilustrações

Cláudia Gil

Organização

María Lúcia Carr Ribeiro Gulassa

Impressão

Bartira Gráfica e Editora Ltda.

Tiragem

3.000 exemplares

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos profissionais dos serviços de acolhimento que, com sua perseverança, persistência e criatividade estão se especializando em criar um novo lugar de vida, solidariedade e afeto para as crianças e adolescentes quando longe de suas famílias.

Agradecemos às crianças e adolescentes que demonstram uma incrível força ao superar a dor das rupturas para se reinventar e galgar novos caminhos de vida.

Agradecemos às instituições: Unidade de Triagem Sampaio Viana (SP) da antiga FEBEM/SP, à Casa Novella (BH), aos Serviços de Acolhimento da Liga Solidária (SP), à Associação Lua Nova (Araçoiaba da Serra) e à Associação Santa Fé (SP) pelos exemplos citados nesta publicação.

Agradecemos especialmente à Xinha D'Orey Espírito Santo, da Liga Solidária e ao Instituto Camargo Correa pelo apoio na publicação deste material.

M. Lúcia Gulassa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Novos rumos do acolhimento institucional /
(organização) María Lúcia Carr Ribeiro Gulassa. – São Paulo: NECA – Associação dos Pesquisadores
de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010.

Vários colaboradores
ISBN 978-85-63512-07-9

1. Abrigos 2. Abrigos – Aspectos morais e ético 3. Abrigos – Aspectos sociais 4. Adolescentes – Cuidados
institucionais 5. Crianças – Cuidados institucionais 6. Crianças e adolescentes – Direitos 7. Sociologia
educacional I. Gulassa, María Lúcia Carr Ribeiro.

10-06392

CDD-362.732

Índices para catálogo sistemático:

1. Abrigos: Comunidades de acolhida e socioeducação: Crianças e adolescentes:
Bem-estar social 362.732
2. Crianças e adolescentes: Abrigos: Cuidados institucionais:
Bem-estar social 362.732



Quem sou eu?
A quem eu pertenço;
Onde está minha tribo?

Sumário

Prefácio

06

Novos rumos do Acolhimento Institucional – Apresentação

09

Acolhimento institucional em mudança

13

14 O reordenamento dos acolhimentos

Como trabalhar as mudanças dialogando com grupos diferentes

16

O acolhimento como espaço de reconstrução da história

17

Como a lei vem mudando a história da criança e do adolescente no Brasil

19

As modalidades de acolhimento institucional

24

25 A casa de passagem

27 O abrigo institucional

28 A casa-lar

29 A república

Pensando no acolhimento institucional à luz das novas reflexões

30

32 Quem pode decidir o acolhimento?

34 Quem não deve ser acolhido?

35 Alguém pode permanecer no acolhimento por mais tempo, ficando até os 18 anos?

37 E depois dos 18 anos? Quem me quer?

37 Quem deve discutir o futuro da criança ou do adolescente?

A rede pessoal e social da criança é uma construção importante do acolhimento institucional

38

39 A rede de proteção primária

40 A rede de proteção secundária

Abrigo institucional: uma comunidade de proteção e socioeducação

42

45 O abrigo institucional não é escola, não é colégio interno

O Projeto Político-Pedagógico dos serviços de acolhimento

46

47 Dimensões ou princípios do Projeto Político-Pedagógico – PPP

Projeto Individual de Atendimento – PIA

70

70 Como olhar o individual num espaço coletivo?

72 O que é preciso saber para desenvolver o PIA

74 Observação e registro

Os profissionais do acolhimento institucional

75

76 A construção do processo educativo

78 A formação e capacitação continuada dos profissionais

O trabalho do acolhimento com as famílias

80

80 Os motivos do acolhimento institucional

82 Tempo de proteção institucional e tempo de reinserção na família

84 O papel do acolhimento em relação à família da criança e do adolescente

85 O papel da rede no trabalho específico com as famílias

Considerações finais

87

90 Para saber mais

91 Referências

92 Bibliografia complementar

Prefácio

No feliz momento em que comemoramos mais de 20 anos do ECA, instrumento legal que tornou objetivo o direito da criança e do adolescente tendo como paradigma sua proteção integral, também se estrutura no Brasil o Sistema Único de Assistência Social que estimula a reorganização dos serviços e programas sociais para que todas as crianças e adolescentes e suas famílias recebam atenção pública que os proteja integralmente, garantindo-lhes uma vida digna com vistas à construção firme e segura de sua autonomia.

Esta publicação se inscreve como uma contribuição da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais – SEDESE e da Associação de Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente de S.Paulo – NECA para tornar mais efetivos os pressupostos dessa proteção integral e apoiar a reorganização dos projetos e programas de proteção especial previstos tanto no ECA como na política de assistência social para os grupos e pessoas mais vulneráveis.

O princípio da prioridade absoluta e o princípio do respeito à condição peculiar de pessoa em processo de desenvolvimento reafirmam a necessidade de considerarmos que a criança e o adolescente devem ser vistos com tal, com as potencialidades e fragilidades próprios de sua idade ou de sua circunstância, com direito a serem amados e acolhidos para que se desenvolvam plenamente, com a urgência que suas singularidades requerem.

Considerando a família em seus diversos arranjos, como a base fundamental para o desenvolvimento, bem-estar e proteção da criança, as normativas nacionais e internacionais destacam a necessidade de proteger crianças e adolescentes contra o abuso, a negligência e a exploração. Para isso, encarrega o Estado de oferecer cuidados al-

ternativos próximos de seu contexto sócio-familiar enquanto busca viabilizar sua volta à proteção familiar.

Neste livro apresentamos conteúdos que precisam ser refletidos e elaborados para que se viabilize o reordenamento das instituições onde crianças e adolescentes poderão ser acolhidos. No período de transição entre a saída e o retorno à vida familiar, deve-se garantir que esses serviços sejam espaços promotores de construção de identidade da população que acolhem, como reforça o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária.

O acolhimento institucional pode ser necessário como garantia de segurança no processo de reconstrução de redes de proteção que exigem quase sempre um investimento de todas as políticas sociais. Neste sentido, é importante que este se torne um serviço legítimo e competente para acolher e educar as crianças e adolescentes que dele necessitam.

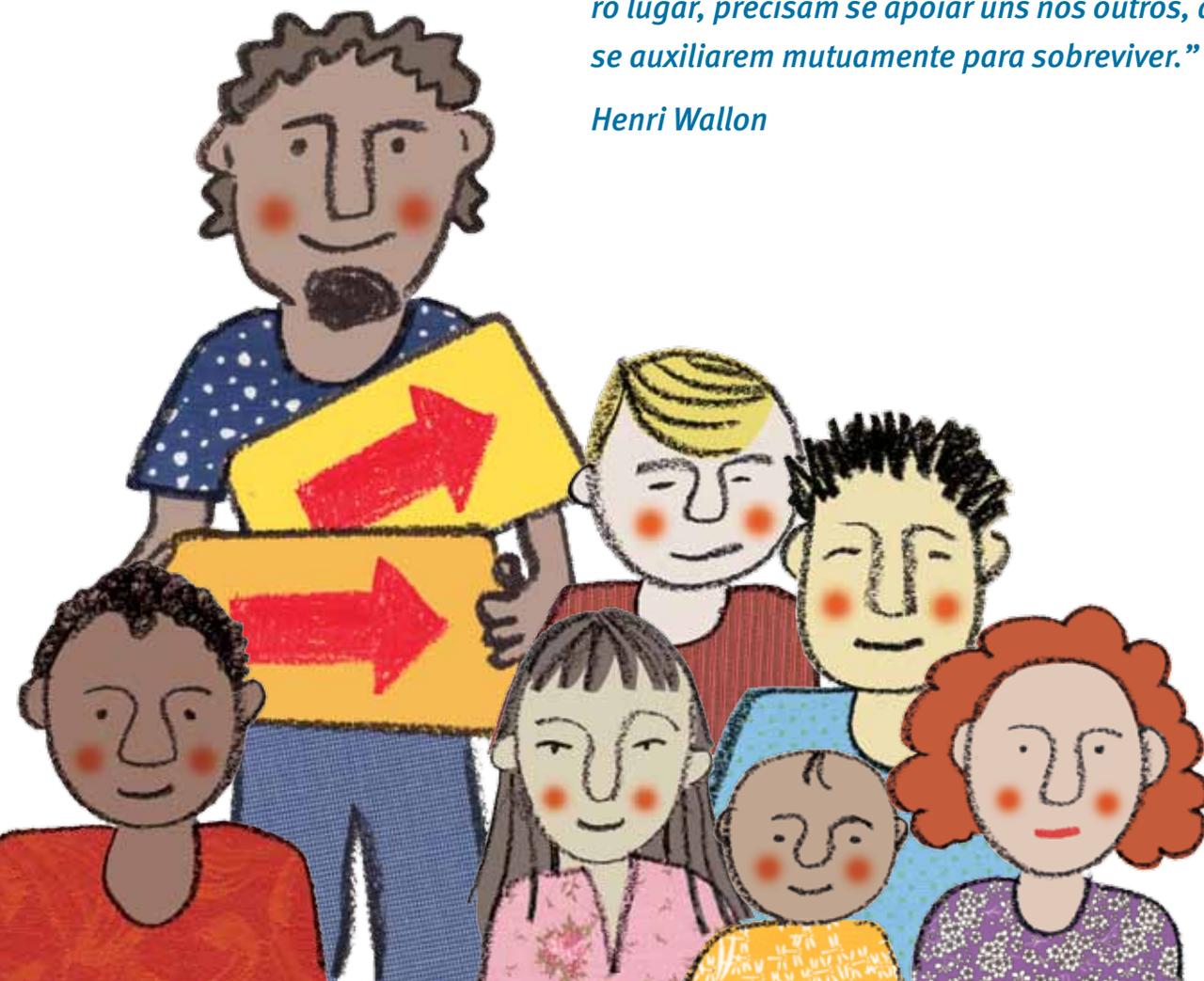
A construção do processo educativo dos serviços de acolhimento institucional reivindica profissionais cada vez mais preparados. Aqui se encontram alguns insumos teórico-práticos que poderão ajudar a formar equipes cada vez mais fortes na promoção da dignidade humana, da segurança afetiva e do crescimento saudável das crianças afastadas temporariamente dos cuidados parentais.

Fernanda Flaviana de Souza Martins

Novos rumos do Acolhimento Institucional

“A humanidade é constituída por grupos onde os indivíduos têm em comum ritos, tradições, uma linguagem que lhes permite colaborar entre si, tendo em vista dominar o mundo exterior, mas, em primeiro lugar, precisam se apoiar uns nos outros, a fim de se auxiliarem mutuamente para sobreviver.”

Henri Wallon



Apresentação

Construir um guia para o acolhimento de crianças e jovens separados de suas famílias por situação de risco e violação de direitos tem se tornado um desafio cada vez mais intenso. A grande importância da infância e da adolescência, como período de desenvolvimento e de construção do sujeito, fez com que o tema da proteção especial assumisse mais força sob o amparo das leis e das múltiplas expectativas dos diferentes atores, responsáveis pela garantia de sua eficaz aplicação.

Muitas reflexões sobre os direitos humanos estão acontecendo no país e no mundo e, em especial, os de crianças e adolescentes, hoje legalmente reconhecidos como sujeitos de direitos, com prioridade absoluta no atendimento em qualquer serviço.

A construção de políticas e a elaboração de leis de proteção à infância e juventude estão crescendo e as novas orientações trazidas por elas precisam ser conhecidas por todos, para que uma nova forma de atenção permita às crianças e aos adolescentes uma vida com dignidade e participação na construção de uma sociedade mais evoluída e justa.

Apesar do desejo compartilhado por todos e objetivado em lei de que o lugar da criança é na família, muitas crianças e adolescentes encontram-se hoje em acolhimento institucional¹, e este deve assegurar sua proteção e seu desenvolvimento. Este acolhimento precisa, portanto, ganhar a identidade e o reconhecimento necessários para o exercício desta delicada e complexa função.

Esta publicação tem o objetivo de contribuir para a construção e o desenvolvimento dessa nova identidade e de seu reconhecimento social.

A história do Brasil nos conta que os antigos orfanatos que recebiam crianças e adolescentes deixavam nelas a marca da massificação e do abandono. A necessidade de se ter essas instituições e, ao mesmo tempo, a sua condenação, foram contradições que sempre provocaram polêmica. Muitos avanços têm ocorrido, principalmente a partir da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – 1990), mas muitas das situações contraditórias ainda hoje se mantêm:

- os serviços que executam acolhimento institucional são procurados como necessários e, muitas vezes, percebidos como a única saída – a salvação para determinadas situações – e, nesse sentido, seus profissionais são até considerados – heróis – pelo tipo de problema que têm que encarar e acolher;

¹ Segundo o documento *Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes* (MDS, 2009, 67), o acolhimento institucional pode ser ofertado em diferentes serviços: abrigo institucional, casa-lar e república. Na Política Nacional de Assistência Social – PNAS – (2004), além desses serviços está consignada também a casa de passagem.

- ao mesmo tempo, esses serviços são negados, desacreditados e rejeitados como aqueles que afastam as crianças de suas famílias – são vistos como os grandes vilões, os que também abandonam, descuidam e mantêm as crianças em situação de exclusão.

Tais contradições trazem um conflito de identidade para esses serviços. É como se eles fossem, ao mesmo tempo, bons e ruins e tivessem de viver e morrer simultaneamente. Sair destas contradições exige explicitá-las, escancará-las, entendê-las, para construir sua superação. A superação da contradição entre esse ser e não ser e o desenvolvimento de uma reflexão que leve a um projeto de atendimento com clareza da sua finalidade exigem a análise do acolhimento institucional como uma construção sócio-histórica, com necessidade do reconhecimento dos seus paradigmas e do seu processo de mudança, no contexto da evolução do significado de direitos humanos. É este o objetivo desta produção.

É preciso analisar corajosamente como o acolhimento institucional está desempenhando seu papel social, pensar claramente à luz das leis e das reflexões atuais sobre qual é a sua verdadeira função, analisar os seus paradigmas, as suas bases conceituais, sua filosofia educacional e construir metodologias, traçando uma proposta consistente de ação social e educativa.

Só levando a sério e acreditando que o acolhimento institucional é necessário como parte do sistema de proteção e que precisa ser competente e eficiente é que vamos dar a ele as condições necessárias para desenvolver o trabalho que lhe cabe: ser espaço de acolhimento e educação para crianças e adolescentes cujas famílias não podem oferecer, mesmo que temporariamente, os cuidados a que têm direito.

Pensamos a instituição como uma proposta de proteção, porém com um cunho fortemente educacional, com um projeto político-pedagógico articulado numa rede de política social, criando uma convivência que favorece uma sociedade inclusiva, com sujeitos criadores de si próprios, que se fortaleçam para pertencer e transformar a comunidade.

Esta produção pretende ser um indicador de caminhos com reflexões e pistas que devem ser criadas e reconstruídas por quem as percorre.

Nesta linha os educadores são pensadores, reconstrutores de um universo novo para as crianças e os adolescentes dos acolhimentos institucionais, onde todos estarão em constante revisão e reconstrução de si próprios.

No cotidiano da instituição, uma reflexão viva e constante tem de estar em curso e uma análise continua da prática precisa ser feita por profissionais, crianças, jovens e famílias.

O processo de produção deste material

Uma pesquisa sobre os serviços de acolhimento em Minas Gerais realizada em 2008 mostrou a situação das instituições e das crianças acolhidas neste Estado. Paralelamente foi realizado um curso, em Belo Horizonte, para profissionais desta área com a participação de 19 instituições de acolhimento.

Um grupo de referência com representantes do sistema de garantia de direitos composto pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDA –, pela Vara da Infância e da Juventude – VIJ –, pelas Prefeituras Municipais – PM –, pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese –, pelo Conselho Tutelar – CT – e pela Promotoria da Infância e Juventude participou deste processo, realizando um diagnóstico da situação dos serviços de acolhimento no período anterior ao curso e fazendo uma avaliação sobre os seus resultados no período posterior a ele.

Em seguida, foi implantado por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais, em vários municípios do estado, um programa com metodologia especial para trabalhar com as famílias de origem chamado – DE VOLTA PARA CASA –, executado pela Casa Novella (BH). Este programa ganhou o Prêmio Criança 2004 na categoria – Convivência Familiar e Comunitária – e foi publicado pela Fundação Abrinq como experiência exitosa de trabalho com famílias de crianças acolhidas em instituições.

Fazem parte desta coleção três publicações com reflexões, concepções e propostas de ação referentes a um conjunto de iniciativas para atender a população em situação de vulnerabilidade, de média e alta complexidade. São elas o “Plano Estadual de Convivência Familiar e Comunitária de Minas Gerais” (já publicado), uma publicação sobre – Novos Rumos do Trabalho com Família – e esta aqui apresentada – “Novos Rumos do Acolhimento Institucional”.

Esperamos que esta publicação seja um instrumento de incentivo para que os municípios possibilitem a crianças e adolescentes que estão momentaneamente afastados de suas famílias ter no acolhimento institucional um ambiente seguro e acolhedor, que lhes possibilite experienciar a construção de seu lugar social com dignidade, apoiadas por uma rede social e protetiva.

PROTEÇÃO BÁSICA E PROTEÇÃO ESPECIAL DE MÉDIA OU ALTA COMPLEXIDADE

A Política de Assistência Social estabelece as bases para a garantia da proteção social aos indivíduos e grupos familiares que estiverem em situação de vulnerabilidade social ou pessoal. Tal atendimento deve ocorrer em dois níveis: a proteção social básica e a proteção social especial de média e alta complexidade.

Os serviços da proteção social básica apoiam a família para que ela exerça a função de proteção de seus membros. Dentre eles estão os programas de apoio sociofamiliar, com centros de convivência que complementam o período escolar com atividades culturais, artísticas, esportes e lazer, entre outros; programas de inclusão produtiva, com centros de educação para o trabalho e profissionalização para jovens e adultos; projetos de enfrentamento da pobreza, como os programas de transferência de renda etc. Os serviços de proteção social especial de alta complexidade são voltados às pessoas que se encontram sem referência familiar ou em situação de ameaça, necessitando ser retiradas de seu núcleo familiar e comunitário – e, por isso, devem garantir-lhes a proteção integral, oferecendo-lhes moradia, alimentação, higiene e trabalho. É o caso dos serviços de acolhimento institucional e familiar para crianças e adolescentes e medidas socioeducativas em meio fechado (internação).

Os serviços de proteção social especial de média complexidade se diferenciam dos de alta complexidade por se dirigirem àqueles cujos vínculos familiares e comunitários, embora sob risco, não foram rompidos. Dentre esses serviços estão plantão social, abordagem de rua, cuidado no domicílio, medidas socioeducativas em meio aberto (Prestação de Serviços a Comunidade – PSC – e Liberdade Assistida – LA) e serviços de (re)habilitação em meio comunitário de pessoas com deficiência.

Acolhimento institucional em mudança

Um significativo movimento de mudança vem se fazendo presente nas organizações de acolhimento institucional (abrigos institucionais, casas-lares, repúblicas, casas de passagem) que se dedicam ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e pessoal.

Tudo começou com reflexões sobre a efetividade do sistema de garantia de direitos das crianças e dos adolescentes, através das quais constatou-se a necessidade de se tomar medidas que possibilitem colocar em prática o que o ECA já propunha desde 1990.

Este movimento reflexivo foi sendo disseminado por todo o país por meio de grupos de trabalho, seminários, conferências e debates, promovendo um novo olhar para esta questão. Além disso, tem produzido impacto na rede que compõe o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, exigindo que cada serviço repense a sua abordagem operacional.

Sabe-se que para a mudança acontecer, toda a rede tem de ser revista. Muda-se em rede.

Assim, novas possibilidades de articulação e de ação também são esperadas das Varas da Infância e Juventude, dos Conselhos Tutelares e de outros serviços socioassistenciais.

O QUE É O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS

O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente – SGD ou SGDCA – é composto por vários órgãos e instituições do poder público e da sociedade civil e tem o papel de efetivar os direitos infanto-juvenis em torno de três eixos: Promoção, Defesa e Controle.

Dele fazem parte os Conselhos de Direitos – Nacional (Conanda), Estadual (Condeca) e Municipal (CMDCA) –, as Varas da Infância e da Juventude, o Ministério Público, os Conselhos Tutelares, a Defensoria Pública, os Centros de Defesa e Delegacias Especializadas etc.

Saiba mais sobre as atribuições e o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos consultando a Resolução 113 (19/4/2006) do Conanda.

O reordenamento dos acolhimentos

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC² – acentua o movimento de mudança nas instituições e serviços de atenção e proteção à criança e ao adolescente. Ele detalha um processo de reordenamento dos serviços de acolhimento proposto pelo ECA.

Reordenar significa dar uma nova ordem aos serviços e programas a partir dos marcos legais, revendo e articulando a política pública, repensando os paradigmas conceituais, reorganizando serviços e estruturas institucionais, refletindo sobre a política pedagógica das instituições de acolhimento, os programas de atendimento às crianças e famílias em situação de vulnerabilidade e promovendo as articulações necessárias.

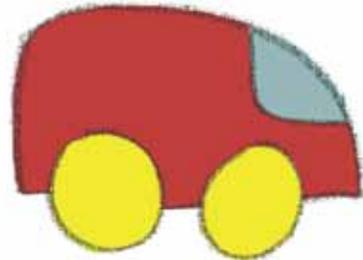
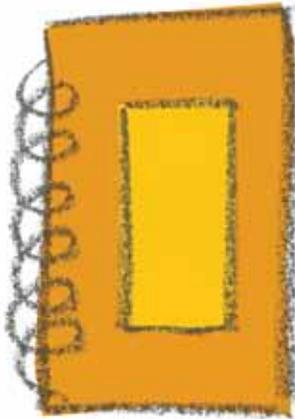
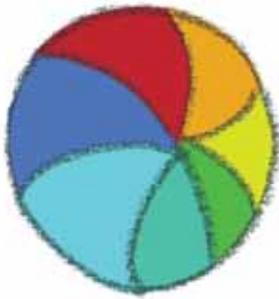
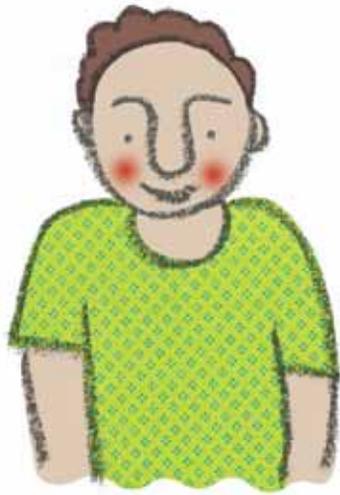
O Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef –, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS – e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH – têm dado apoio ao reordenamento dos serviços de acolhimento, sustentando a viabilização das resoluções e normas aprovadas e promovendo inúmeros eventos de sensibilização e formação pelo país, envolvendo todos os agentes operadores do Sistema de Garantia de Direitos.

Em Minas Gerais, a Sedese vem conduzindo e mediando este reordenamento no Estado, com o profissionalismo e o cuidado necessários para provocar uma mudança participativa. A frase “mudar a instituição é mudar a nós mesmos” foi dita por um profissional de Belo Horizonte em um momento de profunda reflexão sobre o tema “abrigos em mudança”.

Mudar paradigmas é mudar cultura, mudar pessoas, mudar hábitos, mudar o jeito de ser e de pensar. É uma mudança em profundidade, atinge valores. Conduzir este processo exige, por um lado, iniciativa, ousadia e coragem e, por outro, cuidado, delicadeza e zelo.

Como consequência, a mudança é ampla, horizontalizada e intrincada, o que exige que as organizações envolvidas atuem de modo complementar e interdependente, criando a necessidade de se cuidar do processo de cada uma delas. Muda-se em rede quer dizer que, num processo de mútua intervenção, todos se reveem.

2 O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária PNCFC –, aprovado em dezembro de 2006 pelo Conanda e pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS –, teve como origem os subsídios apresentados pelo Comitê Intersetorial do qual participaram representantes de diversas esferas do poder público e da sociedade civil. Pode ser acessado na íntegra por meio do site <www.mds.gov.br> e pelo CD que acompanha esta publicação.





Como trabalhar as mudanças dialogando com grupos diferentes

Aceitar as diferenças e construir consensos é um aprendizado importante para criar um clima favorável ao desenvolvimento humano e social de todos os envolvidos, inclusive das crianças e dos adolescentes atendidos e de suas famílias.

Um clima de respeito às histórias, às mudanças, ao tempo de reconstrução de uma cultura tem se mostrado fundamental para todos os participantes do processo até se chegar ao objetivo final: o acolhimento às pessoas em situação de vulnerabilidade para promover sua inclusão.

Este é o clima que traz a marca da escuta e do cuidado com o público, proposto como referencial para planejar e transformar as diversas formas de acolhimento institucional. Estas mudanças começam pequenas e vão se ampliando em mudanças maiores, criando novas políticas que trazem as mesmas marcas de escuta e respeito à população.

O acolhimento como espaço de reconstrução da história

A história é uma narrativa a partir dos registros da memória.

A memória é o que se retém na mente como resultado das próprias experiências. A memória é seletiva. Só se retém o que foi marcante. A memória e a história mantêm a continuidade de uma pessoa ou instituição garantindo sua identidade. Quem perde a memória perde a identidade. A identidade é a memória que cada um tem como continuidade de si próprio.

Cada pessoa pode conquistar a condição de produzir (pelo menos em parte) sua história, assim como a história coletiva do seu grupo. Desta forma, cada um, além de ser fortemente influenciado por seu passado, pode influenciar seu futuro, ou mudar o curso de sua história.

O acolhimento institucional tem uma história que marca a sua identidade. É importante entender esta trajetória se quisermos ser autores das mudanças nessa área.

A história do acolhimento institucional reflete a história do Brasil. Os europeus navegadores e colonizadores trouxeram consigo a marca das desigualdades sociais. Havia relações de subalternidade, pessoas que lideravam e eram consideradas superiores, “gente de primeira”, e pessoas que eram conduzidas para servir, consideradas inferiores, “gente de segunda”³.

Começa assim uma relação superior-inferior que vai compor a história social e cultural brasileira; aí se misturam fatores de classe, de raça e econômicos. O branco era visto como superior ao negro, ao índio ou ao mestiço, embora o branco pobre também fosse quase tão desvalorizado quanto estes últimos.

- No processo de colonização, as crianças índias eram retiradas de suas tribos e criadas nos colégios jesuítas para aprenderem os princípios religiosos e servirem como intérpretes dos colonizadores, influenciando seus pais para que fossem mais facilmente dominados.

3 Veja mais em: DURAND, MARINA. O medo no trabalho e na vida social: Estudo psicanalítico da subjetividade brasileira, Ed. Annablume, 2010.

- Os colonizadores portugueses e espanhóis, apesar de trazerem fortes valores religiosos monogâmicos, muitas vezes engravidavam as índias e escravas e abandonavam as crianças, que acabavam esmolando pelas ruas. Com a Lei do Ventre Livre, as crianças negras engrossaram o caldo do abandono.
- Crianças abandonadas eram criadas por caridade em famílias abastadas e, na maioria das vezes, se tornavam mão de obra gratuita. Este costume se manteve em algumas cidades até os anos recentes.
- Para cuidar dos bebês abandonados, foi implantado no Brasil o sistema europeu da Roda dos Expostos: era um mecanismo (porta giratória) instalado nos muros das Santas Casas de Misericórdia que permitia que uma pessoa deixasse o bebê ali, sem ser identificada.
- As mudanças sociais levaram à criação de mais e maiores instituições – orfanatos, dispensários, educandários –, para receberem grande número de crianças e adolescentes em estado de abandono.
- A taxa de mortalidade infantil nas instituições denunciava a precariedade dos cuidados dispensados. Estas instituições criadas para cuidar dos “enjeitados” faziam isso de tal forma que os mantinham na posição de inferioridade social, os excluía e os estigmatizava, como “gente de segunda”.
- A maioria das instituições, de orientação religiosa, não recebia verbas governamentais e fazia um atendimento de caráter caritativo, massificado, afastado da comunidade, sem objetivos educacionais ou profissionalizantes. As crianças e adolescentes eram “guardados” nesses lugares para não incomodarem a sociedade, somente servi-la.
- Em meados do século XIX surgem alguns asilos e educandários com propostas educacionais e profissionalizantes, mas ainda com uma mentalidade que se colocava a serviço da classe social dominante.

Como a lei vem mudando a história da criança e do adolescente no Brasil

As leis são criadas em resposta ao desejo de mudança, à pressão social e aos questionamentos que segmentos da sociedade fazem em relação aos velhos conceitos e valores. Elas expressam, em si mesmas, as sementes de transformação existentes na sociedade e anunciam, indicam, convocam e até obrigam a disseminação da mudança.

Duas leis pautaram o atendimento em acolhimento institucional no século XX até a aprovação do ECA: o Código Brasileiro do Menor (o Código de Mello Matos, 1927) e o Código de Menores, 1979. Ambos traziam uma proposta de proteção social, na qual prevalecia uma visão que culpava unicamente as famílias das crianças acolhidas em instituições pelas suas dificuldades, classificando as crianças e os adolescentes como vadios, libertinos, perigosos. Propunham repressão e legitimavam as grandes instituições de confinamento dos chamados “carentes” ou “abandonados”.

A situação de descuido, violência e opressão de algumas instituições públicas de atendimento, no Rio de Janeiro e em São Paulo, levou a muitas críticas e denúncias, elas eram classificadas como “depósitos de menores”, “internatos-prisão”. Isto favoreceu a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – Funabem –, que passou a definir uma Política Nacional do Bem-Estar do Menor.

Entre os anos 1965 e 1990, a Funabem tentou reformar o modelo de atendimento institucional oferecendo parâmetros nacionais para as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor – as Febens. No entanto, as grandes instituições – tanto públicas como privadas – mantiveram as crianças e os adolescentes segregados socialmente, oferecendo um atendimento que repetia a cultura da violência, opressão, humilhação e exclusão social dos atendidos.

A preocupação com o fenômeno das “crianças de rua” incentivou acadêmicos a aprofundarem o conhecimento sobre esta situação. Foram feitos estudos sobre crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente, na época chamados de “internos”. As discussões sobre o assunto fomentaram o surgimento de movimentos sociais de defesa da criança e do adolescente em situação de risco, que, por ocasião da Assembleia Constituinte de 1988, conseguiram sustentação para a mudança que seria trazida pelo ECA.

A partir da promulgação do ECA, os municípios começam a tomar para si a responsabilidade dos cuidados com as crianças e os jovens desprotegidos, passando a assumir diretamente a execução de políticas públicas voltadas para esses indivíduos, que necessitavam de proteção especial em razão de sua situação pessoal e social.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE GARANTE PROTEÇÃO INTEGRAL

O ECA é considerado uma das mais avançadas leis do mundo na garantia de direitos de crianças e adolescentes. A partir dele, o Brasil traz para si a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e introduz novos parâmetros legais para todas as crianças e todos os adolescentes brasileiros, não importando sua classe social, garantindo a todos proteção integral

2006

O Plano Nacional de Proteção, Promoção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária (2006) vem fortalecer, detalhar e aprofundar os conceitos básicos definidos pelo ECA. Prioriza a família como locus de desenvolvimento e reafirma apoio e proteção para que ela possa cuidar de seus filhos e protegê-los. Lembra ainda que esta proteção dada às crianças e aos adolescentes não deve isolá-los ou segregá-los da comunidade.

2009

Depois do Plano Nacional, uma nova lei é promulgada, a Lei 12.010/09 (Lei da Adoção), que detalha e reforça ainda mais as propostas do ECA. (Veja quadro na página seguinte).

As leis evoluem com a sociedade. As novas leis refletem novos valores, reconhecendo os direitos das crianças e dos adolescentes em relação à proteção social integral, em especial àqueles indivíduos que estão em situação mais crítica.

QUADRO I – PRINCIPAIS VISÕES SOBRE OS SUJEITOS E AS INSTITUIÇÕES A PARTIR DE DIFERENTES MARCOS LEGAIS

	NO CÓDIGO DE MENORES	NO ECA	NO PNCFC	NA LEI 12.010 (LNA)
Visão sobre a criança e o adolescente	<p>Os pobres precisavam ser corrigidos porque eram um “mal social”.</p> <p>Os pobres, abandonados ou “carentes” eram vadios, libertinos e perigosos.</p> <p>Eram “menores em situação irregular”.</p> <p>Eram “caso de polícia”.</p> <p>Eram uma preocupação para a segurança nacional, pois ameaçavam a sociedade.</p> <p>Eram objeto de políticas assistencialistas e repressoras.</p>	<p>Crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, e não “menores em situação irregular”.</p> <p>Devem receber atenção prioritária.</p> <p>São considerados pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.</p> <p>Sua proteção deve ser integral, em todas as políticas sociais.</p> <p>Têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade.</p> <p>Não podem ser negligenciadas, humilhadas ou sofrer violência de qualquer natureza.</p>	<p>A maioria das crianças e dos adolescentes em situação de risco social não é órfã ou abandonada, mas são filhos de famílias em crise de sobrevivência e de convivência.</p> <p>A defesa dos direitos e a proteção social das crianças e dos adolescentes devem ser associadas às políticas de apoio às suas famílias.</p> <p>Os interesses, as habilidades, as competências, e as necessidades específicas das crianças e dos adolescentes são reconhecidos.</p> <p>A criança e o adolescente devem ser ouvidos sempre e incentivados à participação social e política.</p>	<p>A intervenção deve atender de modo prioritário ao interesse superior da criança e do adolescente.</p> <p>Ouvir a criança ou o adolescente antes de qualquer decisão respeitando seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão.</p> <p>Prevenção e diminuição do tempo de afastamento da criança e do adolescente do convívio familiar.</p> <p>Campanhas de estímulo ao acolhimento, sob forma de guarda, e à adoção.</p>
Visão sobre as famílias	<p>A privação de saúde, habitação, alimentação, educação etc. das famílias era um problema social causado pela preguiça ou falta de condições e escolha da própria família.</p> <p>A família era culpada por sua situação e incompetência na função paterna ou materna e responsabilizada individual e moralmente pelo “problema dos menores”.</p>	<p>Famílias em situação de risco demonstram a falha das políticas públicas em garantir-lhes condições dignas de vida.</p> <p>Famílias com filhos que necessitam de proteção devem receber orientação sociofamiliar e acesso a serviços públicos de apoio.</p> <p>As instituições devem favorecer o retorno rápido das crianças e adolescentes às suas famílias ou às famílias substitutas, beneficiando a convivência familiar e comunitária.</p>	<p>Família não é apenas o grupo de pessoas unidas por laços de consanguinidade, mas é também o grupo que mantém laços de aliança e de afinidade.</p> <p>A convivência familiar e comunitária é fundamental para o desenvolvimento da criança e do adolescente.</p> <p>Famílias em vulnerabilidade social têm direito a programas básicos ou especiais de proteção na Política de Assistência Social.</p> <p>Reconhece que a família apresenta capacidade de criar soluções para seus problemas e de rever e reconstruir seus vínculos.</p>	<p>Assistência psicológica a gestante e a mãe, no pré e pós-natal, e assistência a gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção.</p> <p>Valorização do acolhimento familiar, sendo este preferido ao acolhimento institucional.</p> <p>Número de casos de reintegração familiar ou de colocação à família substituta é indicador de sucesso na avaliação dos acolhimentos.</p>

(continuação Quadro I)

QUADRO I – PRINCIPAIS VISÕES SOBRE OS SUJEITOS E AS INSTITUIÇÕES A PARTIR DE DIFERENTES MARCOS LEGAIS				
	NO CÓDIGO DE MENORES	NO ECA	NO PNCFC	NA LEI 12.010 (LNA)
Visão sobre as instituições de acolhimento	<p>Instituições eram a solução para a proteção da criança longe da família e da comunidade.</p> <p>Eram localizadas em local afastado da comunidade e os acolhidos tinham pouco ou nenhum contato social e familiar.</p> <p>Alguns serviços e programas, como saúde, educação, profissionalização, eram oferecidos dentro das instituições, o que as caracterizava como “instituições totais”.</p> <p>O atendimento em grandes grupos era natural, pois as instituições funcionavam como um colégio disciplinador.</p>	<p>As instituições de acolhimento devem atender pequenos grupos de crianças e adolescentes, personalizando o atendimento, mantendo os irmãos juntos, evitando transferências e mudanças e mantendo integração constante com a comunidade.</p> <p>As instituições devem estar na comunidade e utilizar a rede de serviços públicos.</p> <p>O encaminhamento ao acolhimento institucional tem caráter excepcional e provisório.</p>	<p>O encaminhamento a instituições de acolhimento tem caráter excepcional e nelas as crianças e adolescentes devem ficar o menor tempo possível.</p> <p>O acolhimento institucional pode ter várias modalidades como: abrigo institucional para pequenos grupos, casa-lar e casa de passagem e deve seguir os parâmetros do ECA.</p> <p>Os acolhimentos devem preparar a criança e o adolescente para o desligamento, seja para sua reintegração à família de origem, à família substituta ou para a vida autônoma, no caso dos adolescentes sem referência familiar.</p>	<p>Central de controle de vagas na rede de serviços de acolhimento para viabilizar o rápido atendimento das crianças e a garantia da provisoriedade do acolhimento institucional.</p> <p>O acolhimento deve ser reavaliado a cada seis meses e, em até dois anos, todas as crianças e adolescentes devem ser reinseridos à vida sociofamiliar, salvo análise muito criteriosa do caso.</p> <p>Agilização do fluxo de informações entre os diversos serviços da rede de proteção (Varas da Infância, Conselho Tutelar, instituições de acolhimento) com a implantação de cadastros estaduais e nacional de crianças e adolescentes.</p>

2010

Duas décadas depois da aprovação do ECA, as mudanças são lentas e um processo de transformação de práticas sociais e profissionais em relação à infância e à juventude brasileiras ainda vem sendo construído. A Lei de Adoção promove avanços, principalmente considerando-se o trabalho com as famílias de origem.

Entretanto, segundo a experiência de especialistas em violência doméstica, é preciso ter cautela ao avaliar o “número de casos de reintegração como indicador de sucesso dos acolhimentos”, citado na Lei 12.010, para não se ter a falsa ideia de que “qualquer família é melhor do que o serviço de acolhimento”. O desacolhimento deve ser sempre cuidadoso e criterioso.

Toda mudança requer a transformação de paradigmas presentes no nosso cotidiano. Por isso, é importante conhecê-los e identificá-los. Caso contrário, podemos achar que estamos fazendo mudanças, mas na realidade estamos reproduzindo o passado, e a mudança é apenas aparente.



QUADRO II – MUDANÇAS DE PARADIGMAS TRAZIDOS PELO ECA

PARADIGMAS A SEREM SUPERADOS	PARADIGMAS A SEREM CONQUISTADOS
Subalternidade – “Pessoas de primeira” e “pessoas de segunda classe”, de acordo com raça, cor e situação econômica.	Igualdade e diversidade social – A diversidade de classe social, raça, gênero, faixa etária, opção sexual deve ser respeitada sem discriminação.
Inferioridade – A cultura dos negros e dos índios é inferior à cultura dos brancos europeus. Isola-se e segrega-se o diferente.	Equidade – Não deve haver segregação do diferente, e sim condições diferenciadas de cuidados.
Menoridade – A palavra “menor” associa a criança e o adolescente à pobreza e à desvalorização social.	Direito de todos – Toda criança e todo adolescente são um ser em desenvolvimento e devem ser considerados como pessoa integral, sujeito de direitos.
Incompetência – A família pobre não tem competência para cuidar dos filhos. Estes são enviados para colégios internos para serem educados nos padrões culturais da classe média dominante.	Competência – A família pobre, como as demais famílias, possui o potencial para cuidar bem de seus filhos. É importante que sua cultura seja preservada, que ela seja acreditada e apoiada para proteger os filhos.
Benemerência – Aos mais frágeis dá-se benemerência, benefícios-caridade e não direito e políticas públicas.	Direito a vida digna – Todas as famílias têm direitos: acesso a vida digna, direito de morar, de se alimentar, de ter educação e cuidar da saúde, para que possam cuidar da sua prole.
Separação família-criança – As instituições de acolhimento focam seu trabalho no atendimento às crianças e aos adolescentes, apartando-os de seus familiares e da comunidade.	Rede de proteção familiar e comunitária – As instituições de acolhimento focam seu trabalho no atendimento à criança e ao adolescente, porém leva em consideração todos aqueles que fazem parte da sua relação, estimulando a construção de uma rede de proteção familiar e comunitária.
Invisibilidade social – Famílias, crianças e adolescentes em vulnerabilidade são escondidos ou esquecidos nas instituições para que a sociedade mantenha sua aparência de normalidade.	Participação social – Crianças e adolescentes participam e se integram a vida social e comunitária e ampliam sua rede de vínculos e de proteção.
Ruptura família-criança-comunidade – Ora pretende-se proteger a família (deixando-a incógnita) da criança indesejada, ora pretende-se proteger a criança da família indesejada, considerando-a incompetente.	Conexão família-comunidade-criança – As instituições de acolhimento têm como função primordial pesquisar todos os motivos que levaram a criança e o adolescente a estar nesta situação, para que possa reconstituir sua rede vincular e de proteção ou constituir uma nova rede.

As modalidades de acolhimento

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária instituiu o nome acolhimento para a ação de atender e cuidar temporariamente de crianças e adolescentes que precisam ser separados de suas famílias por estarem em situação de vulnerabilidade ou risco.

São duas as modalidades de acolhimento: o acolhimento institucional e o acolhimento familiar.

- O acolhimento familiar se dá quando o atendimento é feito por famílias já constituídas (Famílias Acolhedoras) que são preparadas e acompanhadas por um programa específico.
- O acolhimento institucional se dá em uma instituição especialmente planejada para isto, podendo ser uma casa de passagem, um abrigo institucional, uma casa-lar ou uma república.

Tanto o acolhimento em famílias como em instituições devem ser realizados a partir de um projeto altamente profissionalizado. Isto porque trabalha com situações de alta complexidade, com necessidades especiais e emergenciais a serem atendidas e direitos a serem garantidos.

Embora a afetividade esteja na base do cuidado, este atendimento precisa ocorrer de forma profissional e não só intuitiva. Não basta “gostar de criança”, é necessário construir com muita clareza um projeto de atendimento. Daí a importância de uma equipe profissionalizada, em processo de reflexão e formação constante.

A REGULAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A rede de serviços de acolhida para crianças e adolescentes em abrigos institucionais, casas-lares, repúblicas, casas de passagem, e família acolhedora está regulada pela Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB-Suas, para a proteção social especial de alta complexidade.

As orientações técnicas dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes lançadas em 2009, elaboradas pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, coordenada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Conselho Nacional de Assistência Social detalham ainda mais estes acolhimentos.

Os serviços de acolhimento são de responsabilidade dos municípios.

A casa de passagem⁴

É um serviço que funciona como uma “porta de entrada”, onde se instala uma equipe multidisciplinar especializada em diagnóstico, que analisa a situação antes de efetivar o acolhimento, podendo evitá-lo e promover outros encaminhamentos. É um serviço que funciona 24 horas, em regime de plantão.

A casa de passagem é um serviço que suscita opiniões divergentes. Discute-se muito a necessidade de se criar ou manter esta modalidade de atendimento em determinado município. Sabe-se que sua necessidade está ligada à demanda, em função da vulnerabilidade do contexto.

Municípios de grande porte, em geral, criam este serviço. No entanto, a casa de passagem concentra em si os momentos mais difíceis deste atendimento, precisando, por isso, manter um trabalho muito criterioso, com planejamento cuidadoso, recursos para diagnóstico, atendimento e visitas familiares. Há necessidade de educadores muito competentes para receber crianças e adolescentes dada a extrema complexidade deste momento de suas vidas.

Os cuidados

Uma casa de passagem bem planejada precisa ter um bom projeto político-pedagógico⁵, apesar de sua provisoriedade, com capacidade de colher informações e fazer bons vínculos com crianças, jovens e suas famílias. Pode prevenir o acolhimento e construir alternativas para a criança, na família de origem ou extensa. O serviço precisa ser muito ágil e estar bem preparado para lidar com momentos de crise, emergências e situações mais agudas.

A casa de passagem é considerada um serviço, portanto, quando a demanda local é baixa, não precisa ter prédio próprio, podendo ser alocada e acoplada a qualquer equipamento, por exemplo, em uma pequena acomodação ao lado do abrigo institucional ou mesmo do serviço de famílias acolhedoras de famílias acolhedoras. Pode também ser instalada junto ao Creas ou Cras, dependendo do município. (Ver quadro na página 22).

Este serviço deve ser exímio em articulação, ou seja, conhecer bem a rede de atendimento, os serviços de acolhimento institucional e familiar e suas diferentes

4 Esta modalidade não está citada nas orientações técnicas, mas está presente no Plano Nacional de Promoção Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente à convivência familiar e comunitária; como muitos municípios trabalham com esta modalidade de acolhimento, achamos necessário falar sobre ela.

5 Ver o capítulo sobre o Projeto Político-Pedagógico na página 46.

possibilidades. Sua competência em relacionamentos, a começar com as crianças e jovens, deve ser significativa. Funciona também como apoio e retaguarda para outras instituições quando estas precisam identificar novos encaminhamentos para crianças e jovens que necessitam de novos tratamentos ou atendimentos em outras áreas da política social.

Uma casa de passagem pode ser muito benéfica quando oferece um serviço diferenciado, que proteja a criança ou o adolescente num momento de alta vulnerabilidade e contribua com o trabalho de outros serviços de acolhimento, que passam a receber crianças e adolescentes já com um primeiro estudo de caso e primeiros cuidados. No entanto, quando a casa não tem recursos ou não tem um bom projeto, corre o risco de ampliar a crise, incorporando-a ao seu cotidiano.

Os desafios

- A porta de entrada pode se tornar uma “porta giratória”⁶, situação criada principalmente com meninos e meninas com vivência de rua que a usam como albergue quando estão cansados da rua. Muitas vezes eles entram e saem da casa sem apropriação do trabalho oferecido. Se não houver uma elaboração sobre esta situação e seu redirecionamento pela equipe responsável, o serviço perde o domínio do seu trabalho.
- A casa pode se tornar depositária das raivas dos grupos de meninos que têm vivência de rua. Quando não conseguem pertencer ou se vincular a nada ou a ninguém, destroem coisas e atacam justamente aqueles que os acolhem. As equipes da casa e os outros parceiros no trabalho – como a Vara da Infância e Juventude e o Conselho Tutelar – precisam discutir os casos com seriedade, ajudar a construir limites claros e regras comuns de acolhimento, não permitindo manipulações e planejando encaminhamentos e soluções de curto e médio prazo para evitar o agravamento da situação, garantindo a proteção e o cuidado de todos os envolvidos.
- A casa de passagem pode, também, ser depositária de problemas não solucionados pelos demais programas sociais do município. Isso pode acontecer quando diferentes e complexas situações são encaminhadas para ela por não terem tido atendimento adequado em outros serviços. Se não há uma articulação com os responsáveis pela casa e as demais autoridades, para análise do significado do atendimento, ela pode se transformar num depósito de problemas e perder, com isso, suas possibilidades de trabalho.

6 Expressão usada por técnicos da Secretaria da Assistência de São Paulo pela dinâmica criada pela situação da casa de passagem.

O abrigo institucional⁷

É a modalidade mais utilizada de acolhimento. Sua escolha deve basear-se em indicadores que possibilitem um melhor atendimento à criança e à sua família.

O primeiro indicador importante é o território. A proximidade física entre abrigo institucional e família possibilita o trabalho com a rede familiar, principalmente na troca de visitas, dos familiares à criança e da criança à família, favorecendo a manutenção do vínculo entre eles. Possibilita ainda que a criança e o adolescente frequentem a escola e os demais serviços da sua própria comunidade, podendo haver continuidade após a saída da criança do acolhimento.

Alguns critérios importantes têm sido objeto de discussão e têm sido definidos parâmetros para diversos municípios, em consonância com as orientações técnicas.

- Propõe-se um número máximo de 20 crianças de ambos os sexos por abrigo institucional (alguns municípios estabelecem o número de 15 crianças).
- Não se separam os irmãos. Estes devem sempre permanecer juntos.
- Não se transfere crianças para outro abrigo institucional em função da idade ou do sexo. O vínculo com os adultos e entre as crianças é prioridade absoluta.
- A residência não deve ter qualquer identificação que possa ser motivo de preconceito ou segregar aquela moradia das demais do bairro.
- O abrigo institucional deve ter um espaço físico suficiente para as crianças se movimentarem e sentirem-se confortáveis, com sala de convivência e espaço para brincar e estudar, além do espaço para dormir e comer.
- Os educadores, que trabalham diretamente com as crianças e adolescentes, são organizados em turnos, cuidando-se para que os períodos sejam fixos de forma a construir-se e manter-se uma rotina constante e organizar-se diversas formas de comunicação e passagem de informações entre os educadores dos diferentes plantões.

7 Os parâmetros oficiais para os serviços de acolhimento institucional, incluindo o abrigo institucional, estão nas *Orientações técnicas* (Conandas/CNAS), na NOB-Suas, no RH do MDS e no Plano Estadual de Convivência Familiar e Comunitária. Segundo o documento *Orientações técnicas: serviços de acolhimento de crianças e adolescentes do MDS*, “o abrigo institucional é um serviço que oferece acolhimento, cuidado e espaço de desenvolvimento para grupos de crianças e adolescentes em situação de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir suas funções de cuidado e proteção. Oferece atendimento especializado e condições institucionais para o acolhimento em padrões de dignidade, funcionando como moradia provisória até que seja viabilizado o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para a família substituta”.

- O número de educadores em relação aos atendidos recomendado pelas orientações técnicas é de 1 adulto para cada 10 crianças, mas recomenda-se muita atenção às necessidades da faixa etária e ao tipo de público presente. Recomendamos haver em cada turno sempre dois adultos presentes, podendo ser um educador e um auxiliar de educação, e quando há crianças menores de 3 anos ou público com necessidades especiais, pode haver necessidade de mais cuidados e observação. Precisamos lembrar que o abrigo institucional é o primeiro ambiente de cuidados, e está lidando com uma população que viveu situações de rupturas, portanto precisa de muita atenção.
- Uma dupla de técnicos (assistente social e psicólogo) pode atender um ou mais abrigos institucionais. É recomendado 20 atendidos para cada profissional, e estes deverão ter muita clareza da sua função. Na casa deverá haver um coordenador dos educadores, que pode ser um pedagogo.

A casa-lar

É uma modalidade de acolhimento muito próxima ao abrigo institucional. A única diferença está no fato de o educador ser residente, ou seja, o educador da casa-lar mora na instituição.⁸ No entanto, ele não é o único educador-funcionário, devendo ter ajudantes e quem o substitua no período noturno, folgas e férias.

Embora esta modalidade pareça ser a mais adequada por trazer constância no atendimento, costuma trazer algumas complicações, pois a dedicação exigida ao educador leva-o, muitas vezes, a ficar sem vida própria e sem recursos emocionais e pedagógicos diante da complexidade que é lidar com crianças e adolescentes com alta demanda de atenção e expectativas de emancipação ou desligamento. Um educador residente precisa ter formas de investir na sua formação e evolução, condições de construir rede de relacionamento e autonomia, estudar ou participar de grupos de reflexão fora da casa.

8 Ver no documento *Orientações técnicas* (Conanda/Cnas) as recomendações desta modalidade.

A república

Aos 18 anos, os jovens que permaneceram acolhidos nas instituições, por não terem rede familiar ou qualquer outra rede em condições de recebê-los, podem participar de uma república.

Há duas modalidades de república. Na primeira, o modelo é mais próximo ao do acolhimento institucional. É um programa de preparação para a independência dos adolescentes, voltado para o fortalecimento da autonomia e da emancipação, ainda com grande apoio da instituição. A casa pertence à instituição, há um número aproximado de 10 moradores, e estes podem ter um tempo (até os 21 anos) para iniciarem sua autonomia. Após esse período espera-se que possam ter condições de viver por conta própria. Por sua especificidade, as repúblicas, diferentemente dos outros acolhimentos institucionais, em geral, são compostas por adolescentes do mesmo sexo.

Na segunda modalidade, há um número menor de jovens, quatro ou cinco no máximo, parceiros escolhidos por eles próprios, por afinidades ou parentesco. Pode ser a própria família, mãe e irmãos, ou parceiros-amigos da instituição. Eles procuram, escolhem e alugam a sua casa. Não precisarão sair dela a não ser por vontade própria quando finda o contrato de locação, assumido por eles próprios, com apoio da instituição. O educador os acompanha nesta empreitada. Os móveis e utensílios são próprios, eles já assumem sua própria vida e despesas com sua sobrevivência. As regras são criadas pelo grupo de jovens com mediação do educador⁹.

9 Os Núcleos Solidários apoiam o início da vida autônoma dos jovens sem família, que estão em processo de desacolhimento. Em 2008, a Liga Solidária manteve sete núcleos com jovens que estavam em seus abrigos institucionais e que por criarem vínculos entre si resolveram morar juntos. Sob orientação dos profissionais, cada jovem residente no núcleo mobiliza-se em direção à sua autonomia, buscando o próprio sustento; identificando uma casa para ser alugada; estabelecendo contrato de aluguel com os devidos compromissos; administrando a economia doméstica; dentre outros. Para saber mais consulte o site <www.ligasolidaria.org.br>.

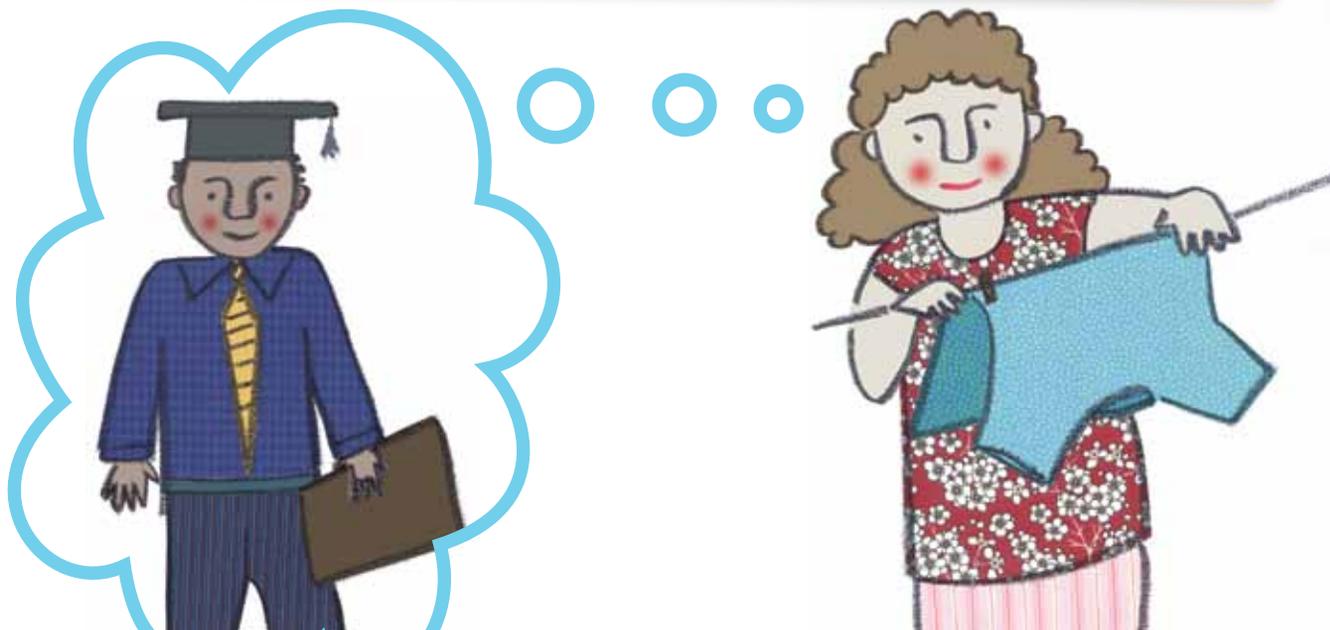
Pensando no acolhimento institucional à luz das novas reflexões

A ideia dominante, no passado, era a de que o acolhimento institucional traria todas as condições de educação e saúde necessárias para uma criança de família pobre. A instituição funcionava como um colégio interno e supria, como política pública, todas as necessidades das crianças e dos adolescentes.

Assim, além dos órfãos e abandonados, iam para instituições crianças com problemas de saúde, pois teriam melhores chances de encaminhamento adequado. Acreditava-se que a criança especial teria cuidados especializados, o jovem com problema de comportamento teria a disciplina austera, a criança cujos pais aspiravam uma educação diferenciada poderia se tornar “doutor”, e assim por diante. O acolhimento institucional era, portanto, visto pelo imaginário popular, como uma oportunidade privilegiada de apoio à família pobre.



O filme *Contador de história*, sobre a vida de Roberto Carlos Ramos (BH), ilustra o momento em que sua mãe sonha com a oportunidade de mandá-lo para um grande colégio, que fará dele um grande doutor, e a contradição desta expectativa com a real vida dos adolescentes no vazio do interior da grande instituição.



Hoje o paradigma é outro, a convivência familiar e comunitária é bastante valorizada na cultura contemporânea como primeiro ambiente para a construção da subjetividade.

A relação próxima, afetiva, vincular, em meio familiar, promove segurança para a comunicação, intimidade para construir significados, possibilidade de desenvolver iniciativa, criatividade e autonomia. A capacidade de expressão, espontaneidade, sociabilidade, tão necessárias, têm origem neste primeiro grupo de referência.

Acredita-se então que a criança deva permanecer em casa, aos cuidados da sua família ou parentes, mesmo quando a casa é pobre, quando a mãe trabalha muito, quando mora em lugares precários, mas é capaz de dar a continência necessária.

No entanto, compete ao município oferecer à família e à criança (de acordo com sua idade) acesso a serviços como berçário e creche, escola, atividades culturais e esportivas no período complementar. A criança deve ter possibilidade de ampliar seu universo, aprender a viver na comunidade, usar os transportes coletivos, utilizar os serviços disponíveis, conviver e aprender com a cultura do seu grupo, usufruir do que a sociedade oferece para cada grupo de idade e, com o apoio de todos, aprender quais são os perigos dos quais deve se afastar.

O município, portanto, deve oferecer à família condições objetivas para suprir suas necessidades possibilitando que seja o primeiro ambiente de proteção à sua prole.

Entretanto, há aquelas crianças para as quais os serviços de acolhimento serão fundamentais como espaço de proteção e desenvolvimento, pois suas famílias não as conseguem proteger: são as crianças e adolescentes abusados física e psicologicamente ou que sofrem outros prejuízos pessoais e sociais.

Quando a família estiver impossibilitada de proteger sua prole, deve haver uma investigação e um trabalho social efetivo para que tal grupo familiar, nuclear ou extenso, possa ser apoiado ou cuidado. Muitas vezes há necessidade de que tais crianças e adolescentes sejam retirados do ambiente de risco. Porém, antes de um acolhimento, é necessário investigar quais as pessoas próximas que tenham vínculos e afeto por eles e que podem ser as mais adequadas para protegê-los e apoiá-los. Um estudo aprofundado sobre isto deve ser feito por uma equipe especializada e este processo deve ser acompanhado pela Vara da Infância e Adolescência e órgãos competentes.

Quem pode decidir o acolhimento?

Tomar esta decisão cabe exclusivamente ao Poder Judiciário. No entanto, nas emergências sociais em que os direitos são violados, o Conselho Tutelar é acionado. Os conselheiros tomam as providências iniciais para garantir a segurança e a proteção da criança ou do adolescente e podem (em casos de extrema gravidade) encaminhar para os serviços de acolhimento¹⁰. Esta entrada deve ser acompanhada de uma Guia de Acolhimento¹¹ e ser comunicada imediatamente à Vara da Infância e Juventude.

Quando as demandas de proteção chegam diretamente ao Poder Judiciário, o juiz pode determinar a proteção especial em instituições de acolhimento. Tendo em vista a priorização da convivência familiar e comunitária, deve-se acionar uma equipe multiprofissional para um estudo cuidadoso da situação e do contexto; assim nenhuma criança que tenha possibilidade de permanecer com sua família será encaminhada aos serviços de acolhimento.

O acolhimento só ocorrerá se houver necessidade absoluta, mas no caso de permanência na família, a observação e o acompanhamento cuidadosos na própria residência e, em rede, serão absolutamente necessários, porque a situação de risco não desaparece facilmente.

A equipe multiprofissional local, trabalhando em sintonia com o Conselho Tutelar, deve estudar as famílias em situação de crise, avaliando com profundidade se a criança ou o adolescente deve ou não ser retirada do seu convívio. Sugere-se que a equipe seja composta por profissionais (assistentes sociais, psicólogos, médicos, pedagogos etc.) ligados a serviços do município, como o Cras, o Creas, a casa de passagem, a Vara da Infância, ou algum dos equipamentos encarregados de cuidar desse momento crucial na vida desta criança e desta família.

10 § 2º do art. 101 do ECA, após a Lei 12.010/09, determina: “Sem prejuízo da tomada de medidas emergenciais para proteção de vítimas de violência ou abuso sexual e das providências a que alude o art. 13º desta Lei, o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é de competência exclusiva da autoridade judiciária e importará na deflagração, a pedido do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse, de procedimento judicial contencioso, no qual se garanta aos pais ou ao responsável legal o exercício do contraditório e da ampla defesa”.

11 O § 3º do art. 101 do ECA, após a Lei 12.010/09, determina: “Crianças e adolescentes somente poderão ser encaminhados às instituições que executam programas de acolhimento institucional, governamentais ou não, por meio de uma Guia de Acolhimento, expedida pela autoridade judiciária, na qual obrigatoriamente constará, dentre outros:

I - sua identificação e a qualificação completa de seus pais ou de seu responsável, se conhecidos;

II - o endereço de residência dos pais ou do responsável, com pontos de referência;

III - os nomes de parentes ou de terceiros interessados em tê-los sob sua guarda;

IV - os motivos da retirada ou da não reintegração ao convívio familiar”.

O QUE É O CRAS?

O Centro de Referência de Assistência Social - CRAS - é uma unidade pública da política de assistência social, de base municipal, integrante do Suas, localizado em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinado à prestação de serviços e programas socioassistenciais de proteção social básica às famílias e aos indivíduos, também visa a articulação destes serviços no seu território de abrangência, e uma atuação intersetorial com a perspectiva de potencializar a proteção social.

SITE OFICIAL - MDS - PROGRAMAS

O QUE É O CREAS?

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social - Creas - constitui-se numa unidade pública estatal de prestação de serviços especializados e continuados a indivíduos e famílias com seus direitos violados, promovendo a integração de esforços, recursos e meios para enfrentar a dispersão dos serviços e potencializar a ação para os seus usuários, envolvendo um conjunto de profissionais e processos de trabalhos que devem ofertar apoio e acompanhamento individualizado especializado.

GUIA DE ORIENTAÇÃO N. 1 - MDS - BRASÍLIA

A equipe também tem uma função mobilizadora e integradora: vê, ouve, envolve e convoca outros atores da comunidade para os cuidados com os pequenos ou com os adolescentes.

O estudo deve ser cuidadoso e pesquisar a conexão criança-família-comunidade para detectar o grau de risco. Caso o acolhimento não seja urgente, criança e família devem passar por um período de observação e acompanhamento, inclusive arregimentando outros serviços complementares da rede de proteção, para conhecer melhor a situação e buscar apoios diversos (saúde física e psicológica, social) e outros recursos.

Há um prazo de no máximo dois anos para que a criança ou o adolescente permaneça acolhido, salvo justificativa fundamentada. Desde o momento de sua chegada no serviço, a instituição deverá articular a elaboração do Plano Individual de Atendimento – PIA¹² –, que, baseado no estudo de caso, deve propor ações que levem a uma colocação mais definitiva dessa criança ou desse adolescente num grupo adequado para que ele possa se desenvolver com afeto e dignidade.¹³

Quem não deve ser acolhido?

Se há alguém na família nuclear ou extensa ou amigos que tenham vínculo com a criança ou o adolescente e condições de assumi-los legalmente¹⁴, estas pessoas deverão receber toda a ajuda de programas para desempenhar esta função: transferência de renda, apoio-moradia, saúde, educação etc. Dependendo do grau de risco, esses casos devem ser acompanhados com maior ou menor intensidade.

12 Plano Individual de Atendimento. Ver página 70.

13 Dando nova redação ao art. 19 do ECA, a Lei 12.010 assim define: “§ 1º Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 6 (seis) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei”. Define ainda no Inciso 2º que “A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária”.

14 Assumir legalmente significa, neste caso, autorização judicial através de termo de guarda.

Alguém pode permanecer no acolhimento por mais tempo, ficando até os 18 anos?

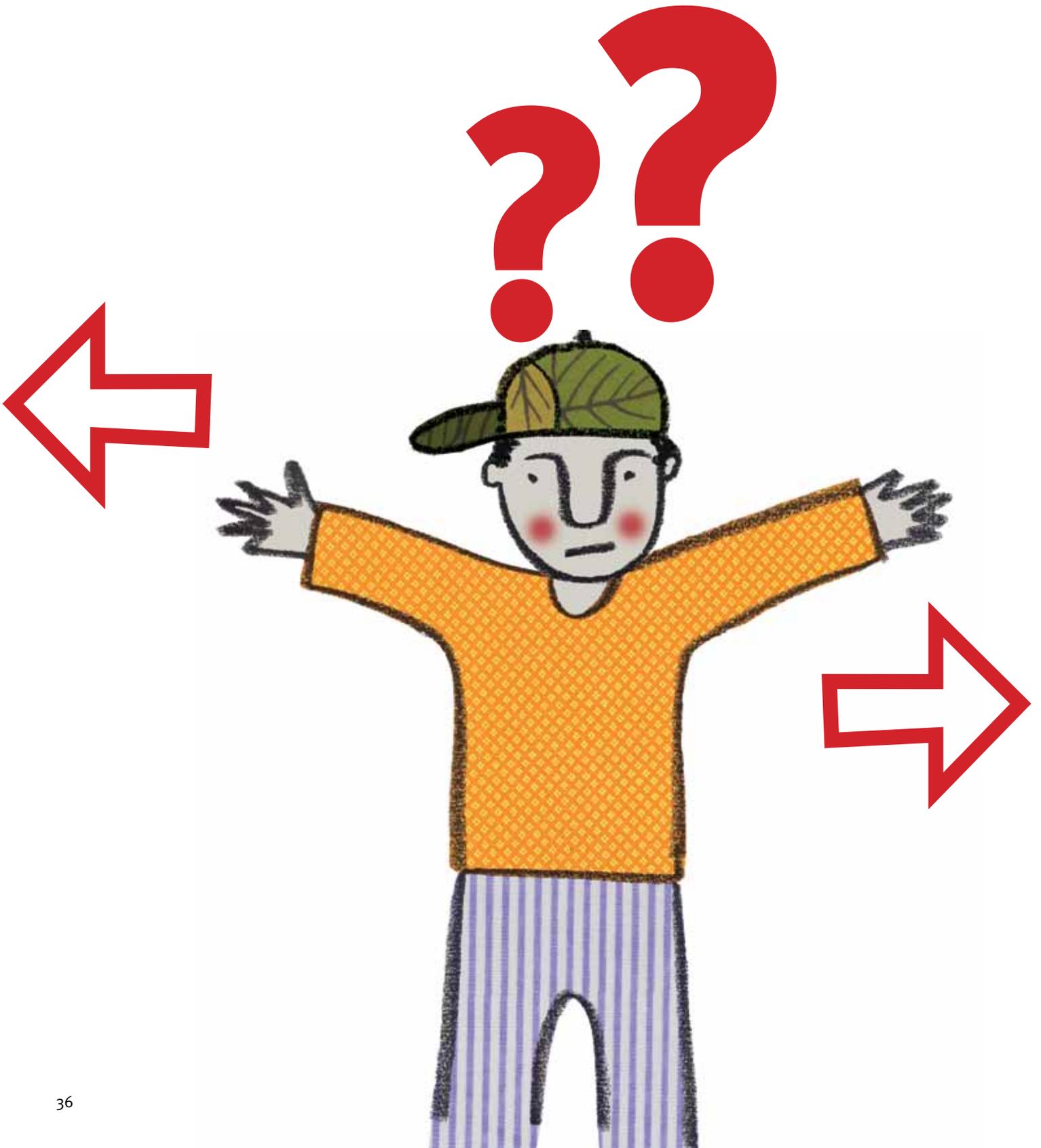
A possibilidade de encontrar um grupo de pertencimento, na família de origem ou não, deve ser sempre estudada, incentivada e, se possível, abraçada. Mas há casos de crianças para as quais, naquele momento, aparentemente¹⁵, se esgotaram todas as possibilidades de serem acolhidas em alguma família, de origem ou substituta. Estas crianças ou adolescentes precisam saber que existe um projeto de vida sendo elaborado para eles (com a sua participação), contribuindo assim para que percebam que não estão sozinhos.

Nesse caso, ou seja, quando o acolhimento se dará por um período mais longo, a casa-lar ou o abrigo institucional deverá construir, em parceria com a criança ou o adolescente, um projeto de vida que o respalde até sua emancipação. Eles podem permanecer na instituição acolhedora, apoiados por educadores fixos, até estarem preparados para assumir os desafios da autonomia. Tal projeto deve favorecer uma programação específica, construindo redes de relações sociais, profissionalização, domínio do território etc. A construção desta rede comunitária para crianças e adolescentes é extremamente importante.

A experiência nos mostra algumas razões que levam as crianças e os adolescentes a permanecer acolhidos até os 18 anos. São sinais de alerta para que as equipes locais invistam em projetos de vida para esses moradores.

- Falta de investimento no estudo contínuo do caso, no estímulo à preservação dos vínculos familiares e em ações com o objetivo da volta à família e à comunidade.
- Crianças ou adolescentes que já viveram situações de muito sofrimento e rejeição e não conseguem se adaptar a uma família.
- Grupos de irmãos que não têm chance de adoção juntos.
- Crianças que já moraram na rua, e/ou já circularam em várias famílias e/ou têm idade acima de 12 anos e não aceitam/não conseguem retornar à sua família.

¹⁵ Sempre alguém da família pode aparecer, mesmo tendo já se esgotado as tentativas de localização. A possibilidade de mudança deve estar sempre aberta.



E depois dos 18 anos? Quem me quer?

A preparação para autonomia deve fazer parte do projeto político-pedagógico da instituição de acolhimento e ser trabalhada em todas as idades desde o bebê. Mas é a partir dos 14 anos que esse processo deve ser intencionalmente intensificado, buscando a emancipação.

Se até os 18 anos o jovem não teve possibilidade de ser inserido em uma família, seja a sua própria ou substituta, e, se não está pronto para se tornar independente, é importante que seja estimulado a viver em uma república para conquistar sua autonomia e emancipação, além de construir uma rede de relações pessoal e social mais diversificada.

Uma programação para a independência e para a inserção no mundo do trabalho deve ser intensa. É importante que a ideia do trabalho esteja ligada à autorrealização, a poder fazer o que gosta, a expressar o próprio potencial. O trabalho pode e deve ser visto como libertador, embora exija esforço e dedicação, e como contribuição à comunidade, fugindo da conotação escravagista e de exploração. Este é um tema essencial de formação aos adolescentes.

Quem deve discutir o futuro da criança ou do adolescente?

- Eles próprios, crianças e adolescentes, devem ser chamados, desde cedo, a opinar sobre si próprios, tomar consciência de seu desejo, saber o que querem, o que gostam e a imaginar seu futuro. Esta é uma das principais programações dos serviços de acolhimento e deve fazer parte do Plano Individual de Atendimento;
- as famílias das crianças e dos adolescentes, sempre que possível, devem participar da vida deles e perceberem sua própria importância como rede de proteção;
- os diversos profissionais dos serviços de acolhimento, que os conhecem com profundidade e estudam o caso;
- a Vara da Infância e Adolescência, que toma as decisões com base nas leis vigentes e nas informações sobre o caso; todos os que estão vinculados à criança e têm afeto por ela, podem e devem participar.

A rede pessoal e social da criança é uma construção importante do acolhimento institucional

Toda pessoa possui uma rede de relacionamentos. Ninguém sobrevive sozinho, nem a pessoa nem a instituição. A rede pessoal e social do indivíduo é uma trama de relações que se constrói em função de suas necessidades materiais e afetivas e do próprio projeto de vida. A rede responde e contribui para o sentido de pertencimento e identidade pessoal e social. É a saída do isolamento, da solidão, e a maior fonte de proteção.



A rede de proteção primária

Na rede de proteção mais próxima, chamada também rede primária ou de proteção básica estão a família, os amigos, os padrinhos, os vizinhos, os colegas de trabalho, os parceiros de religião etc. É a mais elementar e a mais utilizada na garantia da proteção.

Em situação de emergência ou crise, se a família fica impossibilitada de prover cuidados e não tem ou perde sua rede de proteção, a criança ou o adolescente precisam ser acolhidos pela rede pública. O acolhimento institucional torna-se, então, parte da rede de proteção básica e deve ter qualidade de aconchego para atender bem esta criança, com possibilidade de estabelecer vínculos até que ela possa retornar para a sua família com segurança.



- * Os gêmeos Jorge e Rafaela (2) perderam os pais em um acidente de carro. Imediatamente as crianças foram assumidas pelos avós maternos, apoiados por parentes, vizinhos e amigos. Esta rede primária garantiu a proteção dos gêmeos.
- * John Smith, pai de Pedro (5), foi preso subitamente. Era o único parente do garoto no Brasil. Pedro tinha um vínculo grande com o pai e o via como um grande herói. A forte rede de amigos de John assumiu o menino protegendo-o do impacto da situação e conseguiu poupá-lo do assédio da imprensa. Um casal de amigos mais próximos assumiu legalmente a guarda provisória de Pedro e o protegeu dos curiosos até que pudesse estar seguro e preparado para enfrentar a situação. Pedro foi protegido pela eficiente rede de amigos do pai.
- * Joana (3) morava com a mãe, com a qual tinha forte vínculo. Esta ficou doente e foi hospitalizada. Sendo solteira e imigrante, não tinha parentes ou amigos, ou qualquer rede na cidade. Joana foi para o abrigo institucional. A falta de rede primária próxima à mãe foi a causa da desproteção que provocou o acolhimento. Joana sentia a instituição como um ambiente estranho e ameaçador, mesmo com o carinho que vinha recebendo dos educadores. (Depoimento de uma supervisora)

A rede de proteção secundária

Fazem parte da rede de proteção secundária as creches, escolas e os serviços educacionais; os serviços de saúde – unidades básicas de saúde e hospitais –; os centros culturais, sociais, esportivos e de lazer; a igreja e a comunidade.

Embora o atendimento aconteça em espaços mais amplos e coletivos, as relações podem ser personalizadas, apoiando a criança e a família nas suas necessidades para diminuir o risco e a vulnerabilidade. Quando a rede do território é articulada e tem como objetivo o cuidado com a sua população, famílias e crianças em risco são muito mais protegidas.



✧ A creche do Jardim da Felicidade estava atenta às atitudes das crianças. O nervosismo de uma delas chamou a atenção dos professores e foi possível saber que ela se sentia ameaçada pela mãe. Comunicaram-se com uma equipe que trabalhava as famílias através de visitantes sociais. Esta se aproximou da família com visitas e conversas. Toda a família vivia um momento de tensão, que a mãe repassava pesadamente aos filhos. Os visitantes sociais trabalharam com a mãe e com a rede familiar. Foi possível evitar o acolhimento fazendo um trabalho preventivo. (Depoimento de um profissional.)

Os serviços de acolhimento também precisam de rede. Não podem arcar sozinhos com a complexidade e a amplitude do problema, da criança e da família.

- Os vizinhos, os serviços particulares e públicos do território, os serviços do Sistema de Garantia de Direitos, a Vara da Infância e Juventude, o Conselho Tutelar, o Cras e o Creas são parceiros fundamentais dos serviços de acolhimento. Esta parceria resulta em um trabalho conjunto que proporciona maior qualidade e produz resultados mais positivos.
- A escola, os serviços complementares à escola, os atendimentos para crianças com problemas de aprendizagem e as universidades estão se aproximando dos serviços de acolhimento, oferecendo maior apoio às crianças.

- Os serviços de saúde, em especial de saúde mental, têm importante função na parceria com os serviços de acolhimento¹⁶.
- A articulação dos serviços de acolhimento institucional com serviços de saúde mental tem sido essencial para os cuidados de algumas crianças acolhidas. Alguns casos necessitam de terapia ou acompanhamento terapêutico. Não há como o acolhimento institucional assumir esses atendimentos sozinho.

Num processo de articulação e colaboração efetiva, a Secretaria da Educação e a da Assistência Social do município de São Paulo têm estudado alternativas de inclusão das crianças acolhidas, em programações que ampliem suas oportunidades de desenvolvimento e integração comunitária. Um dos desafios para o qual procuram caminhos é o do desempenho escolar dessas crianças e desses adolescentes. Todos estão tentando apoiá-los para que tenham sucesso na escola.

São cinco unidades de acolhimento de uma mesma instituição. Alguns adolescentes tinham problemas sérios de comportamento, com crises de fúria, quebrando tudo e batendo em todos. Nos serviços de saúde mental do município, as unidades de acolhimento encontraram o apoio de uma psiquiatra especialista em adolescentes. Quinzenalmente, a médica discutia os casos com os educadores, que melhoraram sua observação do comportamento dos jovens e sua forma de lidar com casos difíceis. Esta experiência deu um salto de qualidade no atendimento.

¹⁶ Art. 90 – IV – acolhimento institucional; § 2º “Os recursos destinados à implementação e manutenção e dos programas relacionados neste artigo serão previstos nas dotações orçamentárias dos órgãos públicos encarregados das áreas de Educação, Saúde e Assistência Social, dentre outros, observando-se o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente preconizado pelo caput do art. 227 da Constituição Federal e pelo caput e parágrafo único do art. 4º desta Lei”.

Abrigo institucional: uma comunidade de proteção e socioeducação

Aprofundando a metodologia

O abrigo institucional deve desenvolver uma estrutura de atendimento de comunidade, onde vários adultos e várias crianças compartilham um processo educativo.

Esta instituição precisa então ser um ambiente de relacionamento e vinculação no qual as crianças e adolescentes tenham atividades que proporcionem aconchego e desenvolvimento. Para isso, é feito pela equipe de profissionais um projeto coletivo e um projeto personalizado: o projeto coletivo visa o grupo todo, considerando as interações, a vida comunitária, a riqueza das trocas e das relações; o projeto personalizado visa cada criança e cada adolescente e além de refletir o momento presente, reconstitui com estes protagonistas seu passado e cria uma hipótese de futuro. É o chamado Plano Individual de Atendimento.

Como a instituição vive um forte movimento de mudança, um novo modelo de acolhimento está surgindo, superando as dificuldades trazidas pela história e criando para si uma função clara e positiva. Cria para a criança e o adolescente um espaço de desenvolvimento, de busca de reconstituição de um novo lugar social, onde a família e a comunidade são consideradas.

A instituição que acolhe não é a família da criança e também não a substitui. Cada uma dessas duas instituições tem sua função social específica¹⁷. O abrigo institucional não nega a história de vida da criança, mas favorece sua compreensão e fortalece o papel da família, como proteger e ter cuidados.

O abrigo institucional, embora exerça muitas das funções que também são da família, como cuidar, amar e acolher, só estará presente na vida da criança e do adolescente por algum tempo, e isto faz muita diferença. A estrutura e organização da família e do abrigo são diferentes e as expectativas em relação a cada uma delas também devem ser distintas. A consciência do papel de cada um evita a sobreposição. Assim, estas

17 Segundo as orientações técnicas do MDS e as indicações do GT Nacional, não se usa mais os nomes mãe e pai social, por causarem confusão de papéis. Embora ambas instituições exerçam a função materna e paterna (no sentido psicanalítico), os papéis são diferentes e as expectativas sobre eles também.

instituições parceiras se fortalecem e atuam de forma complementar em benefício da criança e do adolescente, sem competir pela posse ou pelo afeto deles.

A ideia de comunidade protetora socioeducativa coloca no modelo do atendimento uma multiplicidade de adultos-educadores que, juntos e articulados, podem construir um projeto educativo capaz de enriquecer o repertório relacional e cultural da população atendida.

Pode-se ter no projeto educativo da instituição de acolhimento a proposta de um educador-referência (tutor) que se aproxime e aprofunde o conhecimento em relação a uma criança específica, mas todos os outros adultos são igualmente responsáveis pelos atendidos.

Esta pluralidade de adultos de referência, quando bem conduzida e articulada para conhecer e apoiar a população atendida, oferece uma ampliação de modelos e experiências de relações com possibilidade de ampliação de vínculos e autonomia.

No entanto, tudo deve ser trabalhado com atenção e cuidado. Nada acontece sem o empenho e a intencionalidade dos profissionais. Se não houver preocupação em desenvolver relações de qualidade e construir um projeto coletivamente, o número maior de adultos implicados no processo educativo não irá proporcionar a riqueza de experiências e os benefícios esperados.



- ✧ Na instituição Novos caminhos havia anteriormente 1 profissional por turno para 50 crianças. Depois de um longo investimento, conseguiu-se estabelecer 2 profissionais por turno para 15 crianças. Aumentaram os profissionais e diminuiu o número de crianças. No entanto, os hábitos não mudaram e o atendimento não alcançou a mudança esperada. Os funcionários se sentiam frustrados sem saber o que fazer com o “tempo livre”. Só depois de uma capacitação reflexiva elaboraram um projeto (político pedagógico) de qualidade e conseguiram mudar seus hábitos, relacionando-se de forma interativa e aprofundada com as crianças. Os profissionais perceberam que o trabalho feito tinha maior qualidade; perceberam que o trabalho aumentara, mas também a sua satisfação e os seus resultados.
- ✧ No Flor de Liz, os educadores, em reuniões pré-programadas, discutiam juntos cada caso. Através da percepção de cada um, puderam ter uma visão mais apurada de cada criança/adolescente atendido, elevando a articulação entre adultos para apoiar mais intensamente cada um em suas dificuldades e em seu projeto de vida. (Depoimento de uma supervisora)

Não se pode esquecer da importância das singularidades das pessoas e das identificações que acontecem nas vinculações.

As pessoas são diferentes, possuem modos distintos de se relacionar; não se pode negar as afinidades, estas devem ser consideradas, assim como as escolhas, cuidando-se, no entanto, para atender a todos e olhar a necessidades de cada um. Nos diferentes relacionamentos podem-se descobrir as identificações que levam cada um dos participantes a perceber novos lados de cada personalidade.

Cada relacionamento permite à criança conhecer novos lados de si mesma.

É importante a atenção para que todos os atendidos sejam percebidos e acolhidos.



- * Bruno (6), portador de Síndrome de Down, era bastante querido pelos educadores, mas tinha uma especial ligação com o motorista. Em seu projeto de atendimento, este relacionamento foi valorizado, uma vez que era claramente benéfico ao menino. O motorista teve apoio específico do técnico para saber conduzir seu trabalho e começou a incluir outras crianças na sua relação com Bruno. As crianças passaram a integrar Bruno no grupo de crianças, e ele ampliou suas relações, tornando-se independente do adulto e se integrando com os parceiros.
- * Os educadores discutiam suas preocupações sobre as crianças e os adolescentes que não se aproximavam de ninguém, os “quietinhos e invisíveis”, e perceberam a necessidade de sempre rever todos os casos, para observar quais os que precisavam de maior atenção. Investiram também nas relações entre as crianças, para que elas se apoiassem mutuamente. (Depoimento de uma supervisora)



O abrigo institucional não é escola, não é colégio interno

A escola é um segundo ambiente de desenvolvimento. Pressupõe-se que anterior a ele haja um primeiro, de maior privacidade e intimidade.

Assim como a família, a natureza do abrigo institucional é a das relações de mais intimidade, o primeiro ambiente, aquele que deve possibilitar interações profundas, deve permitir expressar e elaborar os momentos de crise, os sentimentos de raiva e dor diante da situação difícil e o surgimento de novas respostas para as dificuldades. Deve também se preocupar em ampliar o desenvolvimento cognitivo da criança e do adolescente, complementando a escola, observando quando há defasagem de aprendizagem, até em função das dificuldades emocionais, garantindo o desenvolvimento da capacidade de ler, escrever e compreender. Deve favorecer a integração do lado intelectual e emocional, colaborando na percepção de si próprio, da sua identidade e do seu sentimento de pertencimento.

✧ Um abrigo institucional, percebendo a dificuldade de aprendizagem de algumas crianças, contratou uma psicopedagoga para trabalhar com elas. Sua avaliação contribuiu para que os educadores percebessem as lacunas que impediam os pequenos de aprender. Muitos deles revelavam grande falta de confiança em si e dificuldade de guardar algo na memória. Havia neles uma questão anterior ao conhecimento adquirido na escola – o conhecimento de si, “quem sou eu, de onde eu venho”. Faltava-lhes apropriar-se de sua própria história, de seu passado. (Depoimento de uma supervisora)

O Projeto Político-Pedagógico dos serviços de acolhimento

Os serviços de acolhimento são simultaneamente de assistência social e educação. Além dos cuidados básicos, têm como objetivo contribuir para que seus atendidos adquiram consciência de si, fortaleçam sua identidade e construam seu lugar social. Isto significa que cada criança e adolescente deve ser estimulado a se perceber como pessoa com potencial, a sair da situação de dependente, do estigma de abandonado e carente, conquistando a autoconfiança, a autonomia e a emancipação.

Por isso, esses serviços devem ter um projeto político-pedagógico bem desenvolvido, que seja uma hipótese de futuro, um lançar para frente. O projeto é pedagógico porque possui uma metodologia, uma concepção de formação, de ensinar e aprender. É político porque implica em participação, decisões, escolhas, tomadas de posição, levando em consideração princípios e valores implícitos e explícitos. Segundo Paulo Freire, “projeto é a marca da liberdade humana de querer transformar a realidade”. É uma proposta de mudança consciente e intencional. Sem ela, os objetivos dos serviços de acolhimento podem não se realizar e os resultados podem ser desastrosos: crianças e jovens saindo para o mundo despreparados, dependentes e enfraquecidos.



Dimensões ou princípios do Projeto Político-Pedagógico – PPP

1. Projeto coletivo

O que marca e caracteriza um PPP é a sua natureza coletiva e democrática. Não é um projeto feito por um só e não é feito por alguém externo ao serviço. É necessário que seja construído nos serviços de acolhimento, por todos os envolvidos no processo educativo. Estão incluídos, além dos profissionais e educadores, as crianças e os adolescentes, suas famílias e os parceiros do serviço, a Vara da Infância e Juventude, os professores da escola, os terapeutas etc.

Como incluir todos no Projeto Político-Pedagógico?

A inclusão se faz com o diálogo; o debate; a conversa constante; as reuniões sistemáticas; a problematização do cotidiano; a permanente indagação, que leva os profissionais e parceiros a conhecerem as necessidades, os desejos e as aspirações das crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, credenciando-as, assim, para participar da construção e do monitoramento do projeto educativo com suas observações, iniciativas e criatividade. Uma proposta de acolhimento renovadora transforma a instituição numa comunidade que está cotidianamente se recriando a partir da escuta e observação das expressões dos seus integrantes. É uma instituição em movimento, que vai possibilitar novas formas de inserção social.



* As crianças estavam desenvolvendo uma postura ativa, de quem estava podendo fazer parte daquela comunidade. Olhavam nos olhos, argumentavam, se posicionavam. Brincavam muito. Andavam pela casa com a segurança de quem fazia parte daquele espaço. Elas tinham uma participação ativa na proposta daquela casa.

* Num abrigo institucional de jovens mães e seus filhos, ao se escutar constantemente as jovens, percebeu-se que seu maior desejo e necessidade era ter sua própria moradia. Num processo totalmente ousado, procuraram profissionais inovadores e apoiadores amigos, compraram um terreno e as jovens construíram, elas mesmas, suas casas num condomínio. Criaram regras e aprenderam a administrar. Esta é uma síntese de um processo demorado e difícil, que mostra o que é inovar. (Depoimento de uma supervisora)

2. Lugar de escuta e possibilidade de conhecer cada pessoa

Quem é você? O que você tem para me dizer que eu não sei?

Os serviços de acolhimento precisam ser essencialmente um lugar de escuta. Suas atividades deverão ser ocasiões para que todos, crianças e adolescentes, se expressem, se conheçam e sejam conhecidos.

Poder ser ouvido e acreditado;

poder fazer parte de um grupo;

poder ser respeitado na sua forma singular de ser.

É importante que muitas estratégias de observação, de cuidado e ação sejam desenvolvidas no cotidiano dos serviços para que as pessoas possam se colocar, agir e se desenvolver. Isto se refere também às famílias das crianças e dos adolescentes e aos educadores.



3. Lugar de acolhimento

Receber, acolher, cuidar, conhecer

Muitas vezes, o acolhimento começa antes de chegar ao serviço. No abrigo institucional, por exemplo, as crianças e os adolescentes podem ser conhecidos na casa de passagem ou no lugar de onde vêm. O educador, junto com uma criança que está acolhida na instituição, visita o novo morador, fazendo o primeiro contato. No serviço, adultos e crianças se preparam para recebê-lo, reorganizam a casa reservando um lugar específico para ele. Assim, desde a chegada, esse novo membro é valorizado na sua singularidade e integrado no novo espaço.

Todas as ações das crianças e dos adolescentes são oportunidades de expressão de si e de reconhecimento. Eles precisam ser cuidadosamente ouvidos e acompanhados para que se possa construir com eles um projeto de atendimento. Acolher seu jeito de ser, perceber o que trazem, sempre de forma muito positiva, faz parte do acolhimento na instituição. Esta mesma atitude de acolhida permanece durante toda a estada desse novo membro nos serviços de acolhimento, adequando-se sempre à modalidade de cada serviço, quer seja casa de passagem, abrigo institucional, casa-lar ou república.





✧ Este é o momento que eu considero um dos pontos altos do nosso projeto. Ir buscar o novo morador, saber da sua história, contar como é a casa, fazendo com que ele se prepare para vir. E nós também nos prepararmos para recebê-lo. Ele já se liga no educador e na criança que foi buscá-lo e os têm como referência. É importante também nós nos prepararmos para receber quem chega. Abrir espaço interno para mais um no grupo. Cada um que chega muda a organização da casa que tem que se adaptar a ele. Não é fácil, mas já estamos ganhando flexibilidade para isto. (Depoimento de um educador)

4. Lugar de convívio para se relacionar e se tornar independente

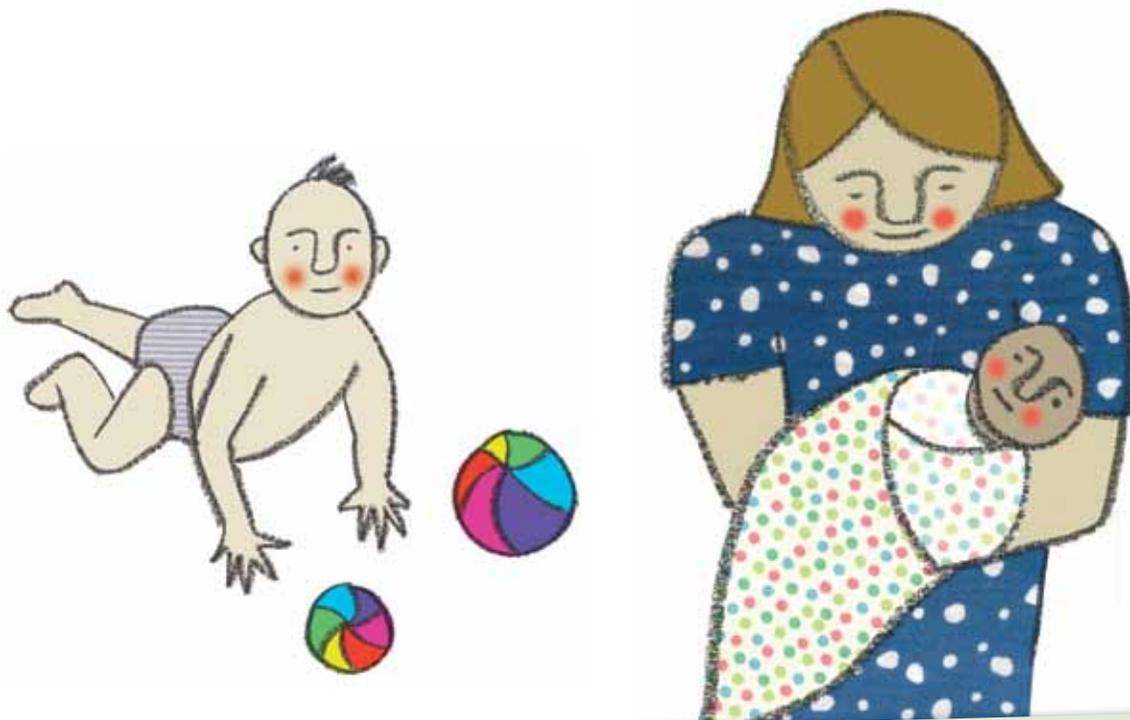
A vinculação e a autonomia

Conseguir conhecer e compreender crianças e adolescentes é função primordial dos serviços de acolhimento. Por meio das ações cotidianas elas falam de si, e nesses momentos os educadores podem e devem apoiá-las na sua relação com o mundo e consigo mesmas.

Quando crianças e adultos se vinculam e introjetam as boas experiências de relacionamento, uma relação de confiança e de afeto está se desenvolvendo entre eles. A construção afetiva nas relações internas desses serviços provoca aconchego, proteção, intimidade. Mas simultaneamente existe a necessidade de provocar a autonomia e a independência das crianças e dos adolescentes acolhidos, respeitando as características de cada faixa etária. Desde bebê procura-se dar à criança aconchego e provocar independência, favorecer a ampliação de suas relações, enriquecer suas experiências. Em cada idade a autonomia é incentivada como algo interessante a ser conquistado: o mundo é importante de ser descoberto. Em cada idade os educadores devem estudar e planejar como fortalecer os vínculos com a criança e o adolescente e, ao mesmo tempo, favorecer sua autonomia e independência.

Quanto melhor é o vínculo, melhores as condições para conquistar autonomia. Poder fazer sozinho porque sabe que não está sozinho.

Como esses serviços são muito supervisionados e criticados, é comum os educadores terem medo de permitir à criança ou ao adolescente a liberdade necessária para experimentar sua autonomia. Os profissionais, juntos, devem analisar seus medos e preocupações durante suas reuniões e criar procedimento para favorecer a autonomia daqueles que estão sob sua responsabilidade.



- * Os educadores se preocupam em pegar o bebê no colo, fazer contato visual, conversar, fazer massagem, acarinhar. Ao mesmo tempo, estimulam o bebê a ficar no chão com brinquedos para que explorem os próprios movimentos, o espaço, os objetos e se interessem em brincar com outras crianças.
- * Em reunião, os educadores pensam como fazer quando saem com os jovens para proporcionar independência e iniciativa. Discutem a saída para festas, andar de transporte público e a possibilidade de ir à escola sozinho.
- * Quando acompanham e supervisionam a criança e o adolescente para comprar a própria passagem, procuram mostrar modos de se lembrar do caminho, estimulam a observação dos nomes das ruas, ensinam como usar o telefone público, como usar dinheiro, como verificar o troco etc. (Depoimento de uma supervisora)

5. Provisoriedade e projeto de vida

A ideia de provisoriedade deve estar acompanhada do sentimento de intensidade e da visualização da proposta de futuro. Provisoriedade não significa pressa ou superficialidade. Significa seriedade no trabalho, pois o tempo, principalmente da criança, é curto e passa muito rápido.

Quanto melhor for o trabalho nesses serviços, seja no atendimento à criança e ao adolescente, seja na pesquisa sobre a possibilidade e construção de futuro, mais abreviada será a passagem da criança por eles. Não se pode desqualificar ou negar o trabalho em função da provisoriedade. Não se pode negar a necessidade de vinculação e de bom atendimento porque as crianças vão sair.

* Era uma casa de passagem municipal. Havia interesse do município em estar em consonância com a lei e fazer daquele espaço provisório. Havia somente três adolescentes e estes não interagiam, não olhavam o rosto dos adultos, brincavam com uma bola improvisada de meia, se esquivavam de qualquer encontro. Não havia relacionamento ou aconchego na casa. A funcionária era uma “tomadora de conta”, sem escolaridade ou projeto de atendimento. Dos poucos móveis da casa constavam uma televisão (no alto, inatingível), um sofá rasgado, alguns armários de aço com cadeados. A casa era vazia. Era um espaço sem identidade, sem alma, sem interação entre as pessoas. O psicólogo do município justificava o não investimento na casa porque era provisória. Era uma típica situação de “não ser”. (Depoimento de uma supervisora)



6. Lugar de reconstrução da história de crianças e adolescentes

Quem sou eu? De onde eu venho? Para onde vou? Qual é o meu lugar no mundo?

Todas as ações nos serviços de acolhimento são possibilidades de rever a história. Os serviços de acolhimento devem proporcionar aos acolhidos espaços de encontro consigo próprio para saber “quem sou eu e qual é o meu lugar no mundo”. Todas as ações nesses serviços devem estar articuladas para trazer esta possibilidade.

Durante sua estadia nesses serviços, a criança ou o adolescente (de acordo com sua fase de desenvolvimento), por meio das ações que realiza e dos relacionamentos que estabelece com os adultos e parceiros, vai se expressando, tomando consciência de si, relembrando situações do passado e registrando situações do presente, sem negar o sofrimento, mas significando a vida, com o apoio positivo e esperançoso dos educadores.

Tudo o que crianças e jovens trazem deve ser aproveitado pelo educador para lembrar e elaborar situações, para estimular as ações do momento e construir novas ações.

- * Vitória (8) lembrou que a mãe (falecida) fazia uma macarronada que todos gostavam muito. A educadora provocou Vitória para lembrar-se de como era esta receita e pensaram nos ingredientes da macarronada. Junto com a cozinheira, fizeram o molho, fizeram a macarronada e serviram naquele almoço. Mais tarde Vitória escreveu no seu diário sobre o dia da macarronada de sua mãe e sua receita. A educadora aproveitou para fotografar aquele almoço que fez parte do álbum de Vitória e do álbum da história da casa. Aquela macarronada que passou a fazer parte do cardápio da casa recebeu o nome de Macarronada da Vitória. (Depoimento de uma supervisora)



Em seu livro pessoal, crianças e adolescentes podem fazer muitos registros da vida atual e lembranças da vida passada, através de diário, livro de histórias, albuns fotográficos, desenhos, etc.

As crianças e os adolescentes registram quem são seus pais, seus irmãos, outros parentes, sua casa e tudo o que lembram e sabem de sua história passada.

Registram, hoje, quem são os educadores, os colegas, quais as atividades de que gostam, os assuntos que estudam, os momentos importantes da vida cotidiana. Este material faz parte da bagagem da criança e do adolescente que o acompanhará no futuro. Eles levam consigo sua história registrada.

As crianças, adolescentes e os educadores fazem também a história do acolhimento. Registram os dias de festas, os rituais, as situações especiais, que são fotografados e descritos num livro feito por todos e para todos.

A vida na instituição de acolhimento é uma constante retomada do passado, consciência do presente, esperança no futuro.

7. Rotina, um ritual

A rotina é a organização das ações nos serviços de acolhimento no tempo e no espaço. É a coluna vertebral do cotidiano desses serviços. É ela que define o que permanece e o que muda. Traz o equilíbrio do movimento entre a repetição e a transformação, organiza e dá parâmetros. Estabelece um ritmo.

As crianças e os adolescentes devem aprender a rotina para ajudá-las a acontecer e se transformar. A rotina é o lado conhecido da realidade, pois se repete, acalma, dá segurança. Ao mesmo tempo antecipa o que vai acontecer e permite mudanças necessárias e criativas. Assim, a rotina, embora mantenha a constância, precisa ser flexível, levar em consideração as necessidades, o bem-estar e o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes. É modificada conforme eles mudam e com a sugestão e participação deles próprios.

Os rituais de chegada e despedida, os aniversários, as formaturas e outras datas significativas também são muito importantes, por serem construções simbólicas que marcam a importância desses momentos.



- * Era um abrigo institucional de grupos de irmãos. As crianças menores criaram um ritual. Quando os grandes chegavam da escola, no fim da tarde, iam todas recebê-los no portão, de banho tomado, cantando repetidamente em coro “Os grandes estão chegando”. Era um momento importante de afeto entre pequenos e grandes. Era um momento afetivo de encontro entre irmãos.
- * Havia rituais especiais criados em momentos diferentes. Jogos que se repetiam, momentos de olhar e ler livrinhos, momentos de fazer desenhos ou alguma brincadeira que surgia e se repetia como um ritual que, ao mesmo tempo, trazia novos elementos e propostas novas. Os educadores estavam sempre atentos observando a relação entre as crianças e os momentos que poderiam trazer cansaço e desequilíbrio no grupo para reorganizar as atividades. Há um interesse dos educadores de realmente perceber e apoiar as crianças.
- * A rotina da chegada da creche na instituição de acolhimento era um momento especial citado pelos educadores. Os pequenos chegavam com um entusiasmo e alegria especiais se empoleirando no colo dos educadores, contando as aventuras do dia. Logo iam para o banho, momento de descontração e contato próximo. As crianças brincavam, se divertiam, tagarelavam. De pijama, iam para o jantar. Pequenos e grandes se encontravam numa intensa interação. Neste momento de chegada da escola havia uma repetição ritualística feita pelas crianças e pelos educadores. Era um momento agradável de encontro e acolhimento. (Depoimento de uma supervisora)



8. O cuidado consigo próprio. O direito de ser e pertencer

Poder se perceber, se conhecer, dar nome ao que se está sentindo, o que se está precisando, o que se gosta e o que não se gosta é fundamental nessa pedagogia. Cuidar do corpo, valorizar a higiene, escolher suas próprias roupas, buscar suas preferências, pentear-se, banhar-se, perfumar-se são valores cultivados no acolhimento.



✧ Era sexta-feira à tarde quando visitei a instituição de acolhimento. Chega uma moradora adolescente (15) especialmente bonita, com cabelos compridos muito bem tratados, feliz, sorridente, saltitante. Não diferia, naquele momento, de uma menina de classe média de fora da instituição. Os educadores a recebem com exclamação. Está chegando do cabeleireiro, pronta para um fim de semana. Sente-se no ar a magia da adolescência, à qual todos têm direito. (Depoimento de uma supervisora)

Enquanto a criança está em serviço de acolhimento, está em um espaço especialmente organizado para ela. É seu ambiente primário, o que lhe dá maior aproximação consigo própria, com as outras crianças e com os adultos.

Ter espelhos de vários tipos e tamanhos é importante. A criança deve se ver, observar suas mudanças, saber como é e se reconhecer. A forma como ela é interpretada e significada pelo adulto vai influenciar a forma como ela vai se ver e se significar.

Crianças e adolescentes devem se expressar com espontaneidade e serem acolhidos pelo que são. É importante serem valorizados e se sentirem parte desse grupo, além de manterem o pertencimento ao seu grupo de origem familiar. Esta aceitação é introjetada pela criança e pelo adolescente, que passam a ter maior conhecimento e aceitação de si próprios.



✧ Havia um movimento na casa. Os adolescentes passavam suas camisas, se perfumavam, olhavam-se demoradamente no espelho. Tinham uma aparência cuidada, de quem estava orgulhoso de si. O coordenador da casa mostrava-se feliz como alguém também orgulhoso, que gosta e se diverte com este movimento. Havia na casa uma alegria própria da juventude. (Depoimento de uma supervisora)

Antes de a criança ter condições independentes de autocuidado, os educadores precisam fazer isto com ela e por ela.



* Ana Lúcia (5) era afro-brasileira e tinha um comportamento autista em alto grau. Frequentava como bolsista uma casa especializada para crianças especiais, um projeto particular, conseguido pelo abrigo institucional. Naquele dia havia uma festa a fantasia. As educadoras investiram na indumentária de Ana Lúcia. Ela ficou realmente linda vestida de bailarina, cabelo preso para trás, faces levemente rosadas. Todos contribuíram e todos se encantaram com Ana Lúcia. Sua chegada na escola emocionou pais e educadores. Ana Lúcia era a menina mais bonita do grupo. (Depoimento de uma supervisora)

9. As crianças entre si e o encontro entre educadores e crianças. Pensar e decidir

As crianças e os adolescentes interagem o tempo todo e um grande aprendizado está acontecendo nesta experiência de relacionamento. Aprendendo a se relacionar, aprendem a se vincular, a contar com o amigo e protegê-lo, aprendem a dar e receber, a brigar e fazer as pazes.

Fazendo coisas juntas, se organizam nas brincadeiras, assumem responsabilidades em relação aos menores e a si próprias. As rodas de conversas, coordenadas pelos educadores, são exercícios importantes de falar e ouvir. Sentados em círculo, todos podem se ver, e cada um fala na sua vez.

É o momento em que crianças e adultos avaliam o cotidiano, constroem regras e tomam decisões coletivas. É quando as individualidades se expressam e podem ser ouvidas por todos. As regras construídas coletivamente devem ser escritas e constantemente avaliadas.

O educador-mediador cuida para que todos tenham oportunidade de falar, e os conflitos possam ser explicitados e elaborados. Nesses momentos, é preciso ficar claro que há um interesse dos educadores de realmente ouvi-los. Crianças e adolescentes aprendem a pensar, se colocar e a participar para decidir.



- * Quando Lucas (12) chegou era acabrunhado, se escondia, ficava olhando pelas frestas das portas. De cabeça baixa, não olhava nos olhos. Hoje está solto, tem outra postura. Sabe se colocar, faz muitas perguntas, argumenta, luta pelo que quer. (Depoimento de educador avaliando o desenvolvimento do pré-adolescente.)
- * Joana (3) tinha uma vivacidade encantadora. Como qualquer criança de 3 anos, surpreendia com o que percebia e expressava. Brincando com José (2,5) disse solidária: – Vou te levar para minha casa. Vou pedir pra minha mãe te adotá. Você qué? – José fez que sim com a cabeça. (Depoimento de uma pedagoga)

Na cultura de uma comunidade todos devem cuidar de todos. Logo as crianças aprendem que elas também cuidam, protegem, compartilham. A cultura desenvolvida pelos educadores entre si e com as crianças é repetida pelas crianças e adolescentes. Muitas vezes o cuidado é segurar, conter. Conter a raiva, conter a violência, conter a frustração.

Firmeza, segurança e proteção! As crianças percebem e sentem a sinceridade e o cuidado dos educadores!



- * Luis (6) tinha explosões de raiva e violência. Nesta hora sua força era difícil de conter. Seu colega de quarto Jorge (12) o entendia e protegia. Ambos tinham uma incrível confiança e vinculação. Um dia, na escola, Luis se descontrolou. Pegou um pau e, furioso, queria bater em quem se aproximasse. Jorge o encostou numa quina da parede e o conteve com seu próprio corpo. Parecia proteger Luis de si próprio, e o fazia tão naturalmente que enquanto o isolava dos outros enrolava um pão. “Foi uma das cenas mais incríveis que eu já vi”, disse um supervisor de serviços de acolhimento institucional.



10. O direito de sonhar e desejar

Todas as crianças e adolescentes imaginam seu futuro, sonham em ser adultos. Muitas vezes são ousadas nos seus sonhos, desejam muito, querem vencer, conquistar, ser os maiores e melhores. Compensam nos seus sonhos o sentimento escondido dentro deles: o de ser pequeno e de ter dificuldades no dia a dia. O sonho alivia, consola, empodera.

E as crianças nesses serviços? Podem sonhar?

“A violência nasce da falta de imaginação”, dizem alguns psicanalistas. É preciso transcender a realidade e construir novas realidades, novas saídas. O sonho é fundamental na vida de um homem. “A imaginação é mais importante que o conhecimento”, disse Einstein.

Preocupados em não deixar sofrer, muitas vezes os educadores cortam os sonhos, querem que a criança não saia da realidade, não tire os pés do chão, não sonhe alto, com medo que se decepcione.

No entanto, a imaginação dá exatamente esta possibilidade, a de sair da realidade, de pensar diferente, de se colocar em outro papel, de viver um outro lado, de sentir como é poder mais e ser melhor. A imaginação é fundamental para promover o desejo, a vontade de crescer. A violência nasce da falta de imaginação. Cabe ao educador permitir que a criança e o adolescente sonhe e se sinta capaz de conquistar o sonho, partindo do cotidiano, partindo do aqui e agora, inventando saídas, transformando a realidade.



- * Mariinha (7), nas suas brincadeiras, colocava a bolsa a tiracolo e chamava os menores para brincar. Dizia que era a mãe, fazia comidinha, saía para fazer compras, entretinha os pequenos. Saía várias vezes sempre dizendo que voltaria logo. A brincadeira levava horas, cortavam folhas, pedrinhas, faziam vários pratos. Assim, ela elaborava a falta que sentia da própria mãe e mantinha viva a ideia de sua volta para cuidar dos filhos. Ficava imbuída da ideia de que a mãe saía e voltava. Na brincadeira, Mariinha podia se colocar no outro lugar, experimentar como era ser mãe. Dizia que quando crescesse queria ser mulher, mãe de filhos.
- * Jorge (14) queria ser dono da companhia de ônibus Itapemirim. Não queria ser um motorista de ônibus qualquer, mas o dono da empresa. Os educadores aproveitaram este desejo para estimulá-lo na escola, nos diversos aprendizados. Levaram-no para conhecer a empresa, conversaram sobre o funcionamento dela e sua complexidade. Jorge ia, aos poucos, conhecendo o mundo real sem perder o sonho. Trabalhou como aprendiz e economizou. Sem família ou parentes e sem possibilidade de adoção, permaneceu na instituição de acolhimento. Aos 18 anos, com apoio do coordenador, comprou uma mobilete de segunda mão. Naquele momento, a aquisição foi suficiente para acalentar o sonho. Jorge ganhou mobilidade e domínio do espaço e foi valorizado pelos colegas. Começava a conquistar seu espaço. (Depoimento de uma supervisora)

É importante que os educadores levem a sério o desejo dos jovens e percebam como ouvir e apoiar o sonho e o desejo de futuro, mesmo que seja apenas o desejo de ter um tênis, ou de ser um jogador de futebol famoso, ou de ser o presidente da República.

Quando o jovem tem sonhos, tem um sentido na vida e uma esperança de futuro.

Aos educadores cabe ouvi-los, apoiá-los na escola, nas amizades, no fortalecimento do aqui e agora e, quem sabe, aproximá-los da área de desejo e ajudá-los a se aprofundar no que gostam. Muitos serviços de acolhimento mantêm vínculos com crianças e adolescentes, hoje adultos, ali acolhidos anteriormente. Estes podem dar aos moradores atuais a ideia de que é possível construir o futuro. Pode-se trazer para esses serviços pessoas que estiveram acolhidos para que narrem suas conquistas, para acalentar os muitos sonhos das crianças e jovens.



- * Um abrigo institucional antigo de São Paulo criou uma associação de ex-moradores para que eles se encontrassem e se apoiassem entre si e pudessem mostrar aos atuais moradores a diversidade de caminhos possíveis. (Depoimento de uma supervisora)

11. A motivação para a vida. Os serviços de acolhimento não podem ser o lugar da falta e da solidão

A falta existe, não podemos negar a existência das dificuldades e da dor. Todos nós as temos, faz parte do ser humano. Podemos falar sobre elas e saber que o grande desafio da vida é saber lidar com a falta e o sofrimento. Podemos elaborá-los, superá-los buscando algo que nos interessa e nos faz ultrapassar os momentos difíceis.

A motivação da vida está em buscar o seu sentido, principalmente por meio das pequenas coisas. Podemos procurar e aprender a viver uma vida alegre e lúdica. É muito importante que as crianças e os adolescentes, nesses serviços, não fiquem cultivando o lugar de ser menos, um coitado abandonado. Não vamos negar as dificuldades, mas o papel do acolhimento é justamente sair desse lugar e se fortalecer para lidar com o que der e vier.

O lúdico de todo dia

A brincadeira e os jogos são a cultura da infância. É a maneira de a criança conhecer e entender a realidade. As expressões artísticas são formas de elaborar e reconstruir a realidade.

Criar motivação para as diferentes situações do cotidiano é fator importante nessa pedagogia. Introduzir as crianças nas regras, nas obrigações de arrumação e manutenção das suas coisas é um grande desafio. Arrumar sua cama, lavar a louça, cozinhar, pode e precisa ser uma conquista de prazer e liberdade.



★ Os educadores discutiam na sua reunião como motivar os adolescentes para fazer os trabalhos da casa. Mas os adolescentes usavam todas as estratégias para fugir disto. Escondiam os copos e pratos debaixo do sofá, dentro dos armários, jogavam as cuecas no jardim, e outras formas de fugir dos trabalhos domésticos. Os educadores resolveram abolir as reclamações das suas falas. Pensaram: “O que os jovens gostam? Receber os amigos? Fazer festas? Não é esta a melhor forma de se animar para cuidar da casa?”. Começaram a fazer encontros e estimular os jovens a receber os amigos para churrasco. Todos se animaram e trabalharam. Limpavam a casa constantemente. Descobriram suas qualidades. Havia o que gostava de lavar, outro de varrer, outro de cozinhar, outro de cuidar das plantas, outro de receber. Desde então uma nova cultura se instalou. Eles cuidavam da casa para receber os amigos. (Depoimento de uma supervisora)

- 
- * Na hora de dormir, o educador se aproximou da Tatiana (10) e combinaram: “Hoje, Tatiana é quem conta uma história”. Tatiana contou a história da menina Josefa, que lutou muito na vida para vencer. O educador ficou impressionado e perguntou. De onde vem esta história? Tatiana respondeu: É a história que a tia Josefa conta (educadora do outro plantão). Eu sempre peço para ela me contar a história de como ela cresceu. (Relato de um educador de abrigo institucional)

12. As diversas formas de representação e linguagem

É muito importante que crianças e adolescentes expressem o que sentem e pensam de diversas formas. Muitas linguagens podem ser desenvolvidas para expressar o pensamento. Cada linguagem traz um lado da realidade ou expressa a realidade de uma certa forma. Quanto mais formas de representação a criança desenvolve, mais ela desenvolve seus diferentes lados, capta e interpreta a realidade em ângulos específicos.

As crianças aprendem a ler o mundo, falam e interpretam a realidade provocada pelos educadores. O mundo é para ser visto e comentado por elas. O educador é cuidadoso para ouvi-las sem criticá-las. Permite que suas opiniões sejam sempre ouvidas e compreendidas. Todas as formas de expressão são exercitadas: desenho, teatro, música, dança, artes marciais, esportes, fotografia, leitura e escrita.





* Numa mesa no espaço externo da instituição de acolhimento dois adolescentes interagem. Tinham histórico de rua. Ele desenhava e contava uma história. Ela, de cabelos compridos e um vestido longo, escutava numa postura sonhadora. Pareciam ser eles mesmos os personagens de uma história cheia de magia. A instituição mantinha um programa de mitos e lendas contadas por uma voluntária psicóloga junguiana. A magia deste momento parecia ser um resultado deste trabalho. (Depoimento de uma supervisora)

A leitura e a escrita precisam estar presentes intencionalmente no cotidiano desses serviços. Livros de diferentes tipos, lidos pelos adultos ou pelas crianças mais velhas, revistinhas, gibis, revistas semanais, receitas para cozinhar, cartas para os amigos ou a família, mensagem nos murais, avisos, mensagens-surpresa, jornais do dia, jogos com perguntas e regras, receitas culinárias, são algumas das tantas formas de ter a leitura presente. Um diário para escrever o que aconteceu no dia é outro jeito de registrar momentos importantes e fazer a leitura e escrita presentes no cotidiano.



* Hoje, o jornal que chega todo dia é lido pelos educadores e pelos jovens. Discutem e comentam tudo: situações do cotidiano no país e no exterior, classificados, empregos, futebol etc. Mas não foi sempre assim. No começo ninguém ligava para o jornal. Foi um longo período de conquista deste interesse. (Depoimento de uma supervisora)

13. O espaço físico revela uma proposta educativa – Construindo o espaço

Como as crianças e os adolescentes participam da construção do espaço desses diversos serviços? Como é a sala de estar onde o grupo conversa, brinca, joga? Como são as paredes? O que está colocado na parede? Sobre o que falam as paredes? Como é o quarto de cada morador? Há objetos pessoais que falam sobre sua vida?

“Existe uma íntima relação entre a alienação do sujeito e a ausência de participação de construção do espaço por ele mesmo. O entorno vivido é um lugar de interações e trocas, matriz do processo intelectual. Quando o homem não ajuda a criar seu espaço, desconhece sua história e memória, este lugar é fonte de alienação. Ao contrário, a construção do espaço é desalienante, é processo de pertencimento, apropriação e consciência de si”.¹⁸

18 SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

- * Aquela casa era mesmo uma casa das crianças. Na sala havia um canto com poltronas em círculo e uma mesinha no centro onde havia sempre um grupo conversando. No outro canto havia uma cabaninha, onde os menores costumavam considerar seu esconderijo. Havia um outro canto com um armário ao lado com jogos diversos, tipo xadrez, damas, pega-varetas etc. As estantes continham os livros mais significativos para as crianças e jovens, aqueles que eram lidos e folheados constantemente. Havia ainda um lugar para o pebolim e a mesa de bilhar. Era um misto entre sala de jogos e sala de visitas. De tempos em tempos, os próprios moradores faziam mudanças, reorganizavam o espaço. (Descrição de um educador visitante de um abrigo institucional)

A organização do espaço da casa fala do projeto pedagógico: provoca a ação, proporciona a articulação dos grupos de crianças com os adolescentes, tranquiliza e acolhe. Os educadores estão sempre reorganizando o espaço junto com os moradores. Quando a criança vai embora, além das suas roupas e pertences, ela pode levar alguma coisa com ela, dado pelo grupo. Um brinquedo, um livro, ou o que decidirem.



14. Formas de construção de si próprio no tempo

É importante que o projeto deste serviço esteja inserido no tempo de uma cultura. O tempo deve ser algo consciente para crianças e adolescentes. A vida está sempre organizada no tempo e nesses lugares não é diferente. Se esse serviço deve dar consciência de si, deve dar consciência do tempo.

Fazer o calendário da semana e do mês, saber dos seus compromissos, localizar-se no tempo, saber ver as horas, conhecer as estações do ano, relacioná-las com as mudanças da natureza, estar a par das festas regionais ou religiosas e de suas celebrações e significados são formas de crianças e adolescentes tomarem consciência de si e da realidade, dando sentido ao contexto cultural onde vivem. Planejar seu dia, sua semana, seu ano, sua vida, tudo isto faz parte da consciência do tempo no projeto de vida.

Celebrar os aniversários permite que a criança entenda o seu significado e celebre o dia do seu nascimento convidando os amigos e a família, formulando desejo para o futuro.

É importante entender e participar dos rituais da sua região, compreendendo seu significado.



* Paula (15) não queria celebrar seu aniversário como todos faziam. Por mais que os educadores propusessem, Paula rejeitava a ideia. Na tarde do seu aniversário Paula levantou-se repentinamente dizendo querer fazer uma festa de aniversário e saiu na rua procurando seus amigos. Os educadores e demais moradores imediatamente perceberam a oportunidade de celebração, se mobilizaram para fazer a comemoração. Compraram material para sanduíches, bolo, refrigerantes, fizeram uma mesa de aniversário com direito a velinhas, arrumaram o som e lugar para dançar, trouxeram plantas e flores para dentro de casa. Em uma hora a festa começou. Uma festa com o sabor de improvisação, divertida e cheia de significados. Os educadores comentaram como estão aprendendo a ter flexibilidade, aproveitando as oportunidades para criar novas possibilidades. (Depoimento dos educadores.)

15. O desafio da convivência comunitária

Por esses serviços de acolhimento serem entendidos como uma comunidade, é muito comum a tendência de querer trazer todos os atendimentos externos para dentro, pois é difícil sair e transportar crianças e, ao mesmo tempo, cuidar dos que ficam.

No entanto, para as crianças e os adolescentes é importante sair para a comunidade externa, estudar numa escola com outras crianças e jovens, frequentar serviços da comunidade, andar em transportes públicos, conhecer a vida cultural, esportiva e de lazer do seu território. Tudo isso cuidando para que não tenha o estigma de “abrigado”.

Se o atendimento levar em consideração o território, a criança, quando sair desses serviços, continua com os vínculos já conquistados.

A instituição também precisa ser um espaço integrador das diferentes experiências da criança na comunidade. Cabe aos educadores ouvir o relato das crianças e dos adolescentes sobre suas diversas experiências, o que vai lhes possibilitar a elaboração e a integração das mesmas e fazê-los perceber e elaborar suas dificuldades.

Os amigos conquistados fora desses espaços podem participar das atividades internas da instituição, nas comemorações, nas atividades cotidianas, assim como as crianças e os adolescentes abrigados podem e devem frequentar a casa dos amigos sob os cuidados dos educadores.



✧ As crianças se queixavam de que seus colegas caçoavam por estarem acolhidos institucionalmente. A instituição tinha um espaço bonito com campo de futebol e lugar para brincar. Os educadores prepararam uma festa para os colegas, com futebol, brincadeiras e uma mesa de bolo, sanduíche e refrigerantes. Os colegas vieram, a escola colaborou, alguns professores também foram. Todos os convidados foram muito bem recebidos. As crianças acolhidas mostraram seus quartos, os espaços de brincar e estudar. Depois disso o tratamento com elas mudou. Todos queriam ir brincar, estudar e jogar na instituição. (Depoimento de uma supervisora)

Quanto mais os educadores e profissionais se sentirem seguros para permitir que os adolescentes andem pela cidade, usem os transportes coletivos, vão para a escola sozinhos, maior autonomia estes irão adquirir; mas é muito importante que os educadores estejam atentos ao seu percurso, se estão demorando, o que estão fazendo. As crianças devem se sentir seguras para telefonar para o educador se precisarem de alguma coisa. A segurança se consegue pelo vínculo de confiança entre crianças e educadores do acolhimento.

A comunidade também pode apoiar a instituição com trabalhos voluntários. Para isso, a pessoa deve ter um projeto claro, feito em parceria com a instituição, de modo a atender as necessidades das crianças e entendendo o papel social da instituição.

16. Um olhar especial para os irmãos

Uma importante função do abrigo institucional é fortalecer a capacidade protetiva das famílias para que seus membros se protejam entre si.

Incentivar o estreitamento de vínculos entre irmãos acolhidos tem se mostrado um recurso importante.¹⁹

Pesquisas com crianças que estiveram acolhidas institucionalmente têm revelado que os vínculos que se mantêm depois do acolhimento²⁰ são principalmente entre os pares (amigos da instituição que desenvolveram irmandade) e entre os irmãos biológicos. Esses vínculos se formaram quando estes viveram juntos experiências, brincaram e compartilharam sua história na infância e adolescência.

Pesquisas entre a população vulnerável mostraram que os irmãos, quando adultos, têm um papel importante na sua rede de proteção. Os irmãos mais velhos e os homens têm respectivamente um papel importante de proteção em relação aos irmãos mais novos e às irmãs mulheres, diminuindo a vulnerabilidade destas famílias.

No entanto, é comum nas instituições não se cuidar dos vínculos entre as crianças e entre irmãos. Estes são separados com a divisão dos grupos por sexo ou por idade. Alguns irmãos, durante o acolhimento, não desenvolvem nenhuma aproximação ou perdem os vínculos que tinham e não se reconhecem mais como irmãos.

19 Manutenção dos vínculos familiares e não desmembramento dos grupos de irmãos. art. 92 – ECA.

20 Ver na bibliografia a tese de mestrado de Ivy Gonçalves de Almeida, 2009, e a pesquisa nas Aldeias SOS – Seguindo Pegadas – 2008.





* Nos abrigos institucionais que visitei, os educadores mencionavam entre si ou para terceiros que as crianças eram irmãs, e estas crianças ouviam sem que a isso fosse dado um significado especial. Elas não eram convidadas a participar desta conversa e não pareciam compreender o que isto significava. Não havia nenhuma programação para que elas se reconhecessem como irmãos. (Depoimento de um visitante estudioso do assunto.)

No acolhimento institucional, se não há um objetivo sobre o que se quer desenvolver, as situações podem acontecer ou não, ficando ao acaso. Em geral, as programações não têm favorecido a vinculação entre os irmãos.

No entanto, em um abrigo institucional específico, constituído de grupos de irmãos, as próprias crianças, inventaram um processo importante de aproximação entre si. Os profissionais, percebendo isto, fortaleceram esse aspecto na rotina e construíram uma programação para irmãos.



* Quando os maiores chegavam da escola (estudavam à tarde), os pequenos iam recebê-los festivamente. Os grandes entravam em casa como heróis e se divertiam muito com isto. Os irmãos se reconheciam e gestos especiais surgiam entre eles; depois do banho todos se juntavam para compartilhar várias atividades, como jogos, revistinhas e livros. Havia cenas especialmente interessantes de contato físico, proteção e interação. Nitidamente esse horário mostrava que havia uma relação de vinculação, uma espécie de aliança entre irmãos. (Depoimento de um supervisor)



Há sempre muitas possibilidades para os irmãos estarem juntos, brincarem, compartilharem jogos, se ajudarem mutuamente – no banho, com as roupas, com a comida, com os brinquedos. Os educadores sugerem proporcionar horários em comum em casa ou fora dela, fazer com que os horários de visita contemplem a presença de todos os irmãos, dar oportunidade de os irmãos visitarem juntos a família, garantir que eles ajudem a preparar as festas de aniversário uns dos outros, e muitas outras ideias.

Assim, a interação entre os irmãos passou a fazer parte do projeto político-pedagógico e do projeto individual de atendimento, cultivando esta relação.

Incentivar esta relação de responsabilidade e cuidados entre irmãos não significa substituir a tarefa ou a responsabilidade do educador. O profissional percebe que esta vinculação entre irmãos é parte do projeto político-pedagógico da instituição.



✧ Eram dois filhos adotados por um casal canadense. Um veio da Colômbia e o outro, cinco anos mais novo, de Bangladesh. Viveram sua infância juntos no Canadá. Anos mais tarde, o colombiano trabalhava na Marinha Canadense, nas Forças da Paz. No Natal, de plantão, solicitou aos superiores que pudessem convidar seu irmão mais novo para passarem juntos esta data. Todos se surpreenderam quando chegou um jovem fisicamente tão diferente, com características de indiano e ambos tão vinculados e felizes de estarem juntos. Em sua infância compartilhada, desenvolveu-se uma cumplicidade forte de irmandade protetora. (Depoimento de um supervisor)

Nos cuidados entre irmãos, os educadores do abrigo institucional perceberam que, quando os maiores cuidavam dos irmãos menores, eram solicitados pelos outros pequenos, que também queriam ser cuidados por eles. De bom grado, por alguns momentos, eles ampliavam seus cuidados, virando uma grande brincadeira interativa. Cuidar uns dos outros tornava-se então um grande jogo de interação e uma cultura da instituição. É claro que os educadores estavam sempre atentos fazendo parte do processo interativo. Este clima afetivo teve grande importância na formação dos meninos e meninas no abrigo institucional.

Projeto Individual de Atendimento – PIA

Como olhar o individual num espaço coletivo?

Por serem espaços coletivos, algumas instituições procuram ter tudo igual para todos, para não fazer diferença, para não ser injusto e não haver disputa entre as crianças.

No entanto, o desafio da rotina coletiva é justamente organizá-la de forma a permitir a diferença, estimular as trocas e interações, garantindo que todos tenham suas necessidades e singularidades percebidas e contempladas.

Assim, as rotinas, que são repetições ritualizadas, devem permitir flexibilidade e possibilitar olhar cada pessoa na sua singularidade, sendo respeitada e tendo, na medida do possível, suas necessidades atendidas.

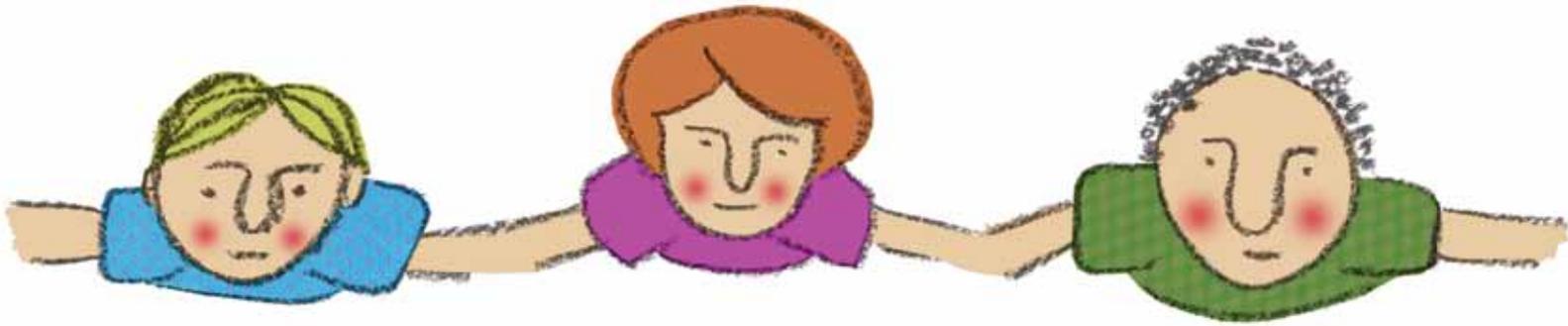
É comum os educadores sentirem que num ambiente coletivo não é possível olhar os indivíduos e fazer um atendimento personalizado. Porém, um atendimento personalizado não é atender a criança ou o adolescente sozinho num lugar separado, mas é concebê-lo e tratá-lo como pessoa singular e única em qualquer situação, seja na família, na escola, com os amigos, com os vizinhos.



★ Eu me surpreendi quando percebi que não precisava estar com a criança sozinha num espaço privado para fazer o atendimento personalizado, podia fazê-lo em qualquer momento ou durante qualquer rotina: no banho, na ida para escola, no almoço etc. Percebi que dava muito bem para percebê-la nesses momentos. (Depoimento de uma coordenadora)

Em cada grupo, em cada ambiente, é um lado da pessoa que aparece; um dos inúmeros lados da personalidade de cada um. Se o acolhimento institucional é lugar de conhecer e desenvolver potencialidades, a criança e o adolescente devem ser observados e conhecidos em todas as suas dimensões, na escola, no grupo de amigos etc.

É importante também lembrar que as pessoas se constituem através da interação com outras pessoas, situadas em determinados contextos, dispendo de certas oportunidades. Desta forma, para conhecermos uma pessoa precisamos considerar suas circuns-



tâncias, sua história. Por outro lado, como cada uma tem um jeito de reagir e de significar suas experiências, o educador precisa estar sempre aberto para o novo, para o inusitado que cada um apresenta a todo o momento. As pessoas sempre nos surpreendem!

Conhecer as crianças e os adolescentes é uma tarefa importante, que exige preparo e disponibilidade dos educadores.

* É preciso saber que, por mais experiência que tenhamos, cada caso é único. É preciso disponibilidade para nos despirmos das nossas convicções para podermos compreender que cada um é um e são eles (crianças e adolescentes) que vão construir, com seu próprio protagonismo, seu lugar no mundo. (Depoimento de uma coordenadora)

O PIA é um instrumento, uma ferramenta composta de sinais e indicadores que levam a uma investigação sobre a criança e seu meio (suas circunstâncias ou contexto). Reúne as informações disponíveis e busca novos dados, que levam a um conhecimento mais aprofundado de cada criança. Estas informações são reunidas em um prontuário.

Considera a história de vida (o motivo do acolhimento, as referenciais sociais e familiares), as necessidades, os valores, os desejos e sonhos, o potencial e as aptidões da criança e suas mudanças.

O PIA vai propor ações investigativas e ações de atendimento que serão desenvolvidas durante a rotina coletiva e as abordagens individuais, visando atender aos objetivos específicos, segundo a demanda de cada um, para superar a vulnerabilidade e conquistar a vida fora desses serviços.

Muitas perguntas estão presentes na elaboração do PIA. A busca de respostas a estas perguntas permitirá conhecer a criança e o adolescente para, então, elaborar o percurso de cuidados e atendimento e o possível projeto de futuro.

O que é preciso saber para desenvolver o PIA

O lugar de origem

A primeira coleta de informações se dá no lugar de origem da criança, na casa de passagem ou na escuta de quem a traz para o serviço. Todas as informações possíveis devem ser coletadas nesses momentos e registradas: o porquê do acolhimento, com quem a criança estava, quais os seus vínculos, qual a situação familiar, qual o motivo do acolhimento, se sofreu algum tipo de violência etc.

A atenção a todas as informações

Quem traz a criança para o serviço de acolhimento institucional deve trazer todas as informações possíveis. Os profissionais que a recebem devem estar atentos ao relato do momento de chegada, bem como dos que surgem durante sua estadia. Essas falas trazem dados sobre a pessoa que são importantes para o estudo do caso e para ela mesma, ajudando-a a tomar consciência de si.

A documentação

É importante receber a documentação da criança e do adolescente e completar os dados já existentes. Logo no início do acolhimento, o prontuário deverá reunir toda história e documentação recebida e, em seguida, os profissionais do serviço deverão dar continuidade à procura de dados.

Nas Varas da Infância e Juventude também há informações importantes no processo judicial. Um trabalho integrado com a equipe técnica judiciária é necessário para que os encaminhamentos sejam comuns e a criança seja beneficiada com decisões justas e humanas.

A primeira avaliação

Na primeira avaliação devem constar aparência geral, sinais de violência, expressões da criança e encaminhamento de questões, tais como: Quais são seus vínculos atuais? Quais são os vínculos possíveis? A criança tem problemas de saúde? Tem necessidades especiais? Frequenta a escola? Que outros atendimentos podem ser registrados? Como

está seu desenvolvimento? Quais são os seus desejos? Seus sonhos? Suas potencialidades? Quais são os limites e possibilidades de ela voltar à sua família de origem ou ser encaminhada a outra inserção?

A primeira proposta de atendimento é feita a partir da primeira avaliação. Deve-se considerar também as necessidades e interesses da criança e do adolescente: alimentação, saúde, educação, esporte, lazer, comportamento. Algum tempo depois, faz-se uma nova avaliação redirecionando, se necessário, o projeto de atendimento. Logo que for possível, faz-se uma hipótese de futuro sobre a possibilidade de reintegração familiar.

Direta ou indiretamente, todas as pessoas que compõem a equipe de referência da criança e do adolescente devem contribuir com dados para o PIA, que é registrado no prontuário pela equipe da instituição.

Durante o seu acolhimento, observa-se sua relação com os educadores, com os pares, consigo mesma, com as visitas dos familiares; na escola, observa-se sua relação com a aprendizagem, com os colegas e os professores; na família, destaca-se seu contato com os adultos, com a família extensa, com os vizinhos e as pessoas significativas para ela.

A proximidade e o interesse genuíno pela vida da criança nos diversos ambientes, seus sentimentos, sua relação com os amigos podem nos informar sobre seu desenvolvimento e sobre a sua apreensão dos valores e das diferentes situações à sua volta.

Os instrumentos metodológicos – observação e registro – são fundamentais para a formulação e reformulação das estratégias de atendimento que vão ser propostas.

A busca de informações e a troca de ideias sobre a criança entre os vários profissionais dos serviços que compõem a rede de proteção favorece a formação de uma rede em que a criança é notada e conhecida. Isto traz efeitos importantes tanto para a criança como para todos aqueles envolvidos com ela, além de viabilizar a elaboração do Projeto Individual de Atendimento.

A proposta de atendimento

É necessário uma hipótese de atendimento que conduza a estadia no acolhimento. Pensar em todas as áreas, saúde, alimentação, cotidiano, escola, outras atividades, pessoas de referência, amigos, é importante como proposta de desenvolvimento. Tal proposta serve como indicação, hipótese, itens a serem observados. São estímulos para perceber que a vida deve ser planejada com intencionalidade mas sempre com flexibilidade e escuta.

Observação e registro

“Com um olho no gato e o outro no peixe”, disse um educador do abrigo institucional quando lhe perguntaram sobre a capacidade de observação desenvolvida pelo educador.

O acolhimento institucional é essencialmente um lugar de escuta, de observação. Seus profissionais desenvolvem sua capacidade de olhar, ouvir, sentir.

Observar é um instrumento essencial do educador. A observação é alimentada pelo conhecimento que o educador tem do seu trabalho e da criança. “O educador vê aquilo que conhece.” Se não conhece, não consegue ver. Por isso, a formação constante do educador vai aprimorar sua observação. Por outro lado, tem de se abrir para o que ainda não conhece. Uma abertura total para o novo.

Tudo deve ser registrado. Os registros têm a função da memória, não como burocracia mecanizada, mas como um cuidado especial de história de vida: a saúde, o desenvolvimento físico, o progresso na escola, os relatórios de comportamento, a relação com a família. Tais registros são enviados para o prontuário e fazem parte da documentação da história da criança.

O educador olha as crianças e adolescentes e olha também a si próprio

Estudos dos casos permitem aprofundar os conhecimentos sobre a situação de cada criança e adolescente, sua proposta de atendimento, a fim de aperfeiçoá-la e facilitar a orientação de casos difíceis.

No entanto, pensar na educação das crianças e dos adolescentes é pensar também em si, é rever-se, retomar os próprios princípios e conceitos. É retomar quem são essas crianças e esses adolescentes, para onde caminham, e também quem somos nós, educadores do acolhimento.

Os profissionais do acolhimento institucional

Os serviços de acolhimento institucional são espaços residenciais, com relações vinculares, humanizadas e afetivas e, ao mesmo tempo, são espaços profissionalizados, com projetos e objetivos claros. O profissionalismo não dispensa o afeto, a humanização e o compromisso, ao contrário, torna os profissionais mais conscientes do seu foco e de si próprios.

Existe um quadro de profissionais sendo proposto²¹ para os abrigos institucionais, para as casas de passagem, para as casas-lares, embora cada município faça o seu projeto de atendimento de acordo com a sua realidade e demanda. Cada profissional tem uma função específica e todos juntos têm a responsabilidade de construir o projeto comum da instituição.

Um exemplo das diferentes funções está descrita a seguir, mas cada serviço deve fazer sua própria equipe, de acordo com suas possibilidades, garantindo-se sempre um atendimento adequado para o desenvolvimento da criança e do adolescente.

- **O gestor geral do serviço** – É o que trabalha a gestão administrativa, a sustentação financeira e a representação da instituição na rede externa. Deve conhecer e acompanhar todo o movimento interno do serviço para representá-lo externamente e zelar pelo cumprimento de seu projeto de atendimento. Deve ter o conhecimento da rede externa de proteção à infância, adolescência e juventude, e da rede de serviços da cidade e região.
- **O coordenador** – Coordena a equipe de profissionais do ponto de vista técnico, mediando a construção de um projeto de atendimento perante os objetivos da instituição. Esta função pode ser feita pelo gestor (citado acima) ou por um dos três técnicos (citados abaixo), além da sua função técnica específica.
- **O assistente social** – É quem investiga, propõe e trabalha o aspecto social de cada caso e do grupo familiar das crianças e dos adolescentes acolhidos, e analisa a situação social do território, dialogando com as famílias e buscando alternativas para sua preparação para o retorno de seus filhos à vida familiar e comunitária.
- **O psicólogo** – Acompanha o desenvolvimento dos aspectos psicológicos individuais dos atendidos, consonantes com seu estudo de caso, observa e estuda os processos coletivos e institucionais, conhece e acompanha a relação familiar.

21 Ver NOB-Suas – RH, documento *Orientações técnicas para os serviços de acolhimento e outras referências*, do MDS e do GT Nacional de acolhimento familiar e comunitário. Além das referências citadas, há propostas da autora.

- **O pedagogo** – Lidera o projeto político-pedagógico, acompanha o desenvolvimento educacional de cada atendido e da população do serviço, estuda e propõe a rotina diária e conduz os processos de aprendizagem.
- **Os educadores** – São a referência mais próxima e concreta das crianças e dos adolescentes. Relacionam-se cotidianamente com eles e os acompanham nas atividades diárias, sem perder a visão do projeto educacional da instituição e do projeto de vida de cada atendido.
- **Os auxiliares de educação** – Apoiam os educadores e cuidam da infraestrutura operacional e educacional da casa.

Apesar das especificidades, todos os profissionais da casa são educadores, uma vez que todos se relacionam e influenciam as crianças e os adolescentes, fazendo parte do projeto educativo.

Para que todos façam parte da ação e se identifiquem com uma ação educacional comum, é fundamental que configurem um grupo organizado para desenvolver uma tarefa comum. A formação do grupo se dá quando os profissionais conversam sobre sua tarefa conjunta, nas reuniões e encontros, com debates sobre cada caso, e sobre o coletivo da comunidade.

A formação do grupo e a construção da tarefa acontecem simultaneamente. Discutindo a tarefa, o grupo se conhece e se vincula. Quanto mais se vincula, maiores são suas condições para construir sua tarefa comum. Para que o acolhimento institucional desempenhe com sucesso seu propósito, são dois os grandes desafios colocados: construir-se como grupo e construir juntos um trabalho compartilhado.

As crianças e os adolescentes também fazem parte desta rede e devem participar, opinar, sugerir, pelas vias e instâncias que possibilitem isto, para que se tornem também responsáveis pelo projeto. Além deles, famílias e comunidades devem participar da construção do projeto, independentemente do tempo que a criança permaneça no serviço.

A construção do processo educativo

Todos os profissionais estão envolvidos no processo educacional e devem participar da construção do projeto educativo. Ao construir o projeto coletivo, constroem simultaneamente seu papel neste projeto. A função de cada um deve ser explicitada e escrita, e todos devem saber qual será a parte de cada um (embora ela esteja sempre em construção). Há, portanto, uma constelação de expectativas recíprocas em relação à função e competência de cada profissional.

Porém, o educador que lida direto com a criança precisa receber uma atenção especial de todos – dos técnicos, do coordenador e do gestor –, não só ao ser selecionado e contratado, mas também na formação em serviço. Esta capacitação constante vai ter um efeito importante nos resultados do trabalho com a criança.

Quanto mais o projeto político-pedagógico é explicitado, debatido e apropriado pelo grupo, mais claro fica o perfil do profissional desejado para desempenhar a função de educador deste trabalho.

Segundo as Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, do Ministério de Desenvolvimento Social, o educador deve ter como formação básica o Ensino Médio.

Algumas outras características têm sido debatidas e definidas pelos próprios educadores quanto ao perfil e à competência deste profissional. Estas estão descritas abaixo e devem ser desenvolvidas ao longo de uma formação continuada.

1. Abertura para conhecer

O educador lida com problemas complexos, tornando-se um especialista em educação de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Deve estar aberto para o novo; ter flexibilidade e disposição para ser um eterno aprendiz. Deve estar disponível para ter maior conhecimento sobre o desenvolvimento da criança, o contexto e a família com quem trabalha e sobre a instituição.

2. Buscar autoconhecimento

O profissional deve adquirir consciência da importância e da responsabilidade do seu papel. Buscar autoconhecimento. Procurar agir de forma equilibrada, estável, sensível, afetiva, com tendência a ser positiva. Desenvolver sua flexibilidade para lidar com diferentes situações. Desenvolver-se para saber lidar com a dor e o sofrimento. Trabalhar seu projeto de vida, cultivar sonhos e aspirações.

3. Atitudes com as crianças

O educador deve aperfeiçoar-se para estar presente. Tornar-se referência positiva. Saber acolher e aconchegar. Respeitar o espaço de individualidade de cada criança no grupo, no cotidiano, na rotina. Aproveitar todas as oportunidades para conhecer a história da criança e para dar a ela sentimento positivo sobre si própria. Dar confiança para ela ter esperança no futuro, ter um projeto de vida com sonhos e desejos. Ser facilitador das interações entre as crianças e entre as crianças e os adultos.

4. Organização do espaço físico

O educador deve saber organizar o espaço físico para o desenvolvimento do trabalho. Inventar ambientes propícios para as crianças brincarem, agirem, interagirem. Possibilitar espaços individualizados e de interação. Construir espaços para ações educativas: leituras, jogos, rodas de conversa, celebrações, bicicletas, skate, faz de conta, esportes e filmes.

5. Trabalho em grupo

O profissional deve perceber o serviço de acolhimento como espaço coletivo de educação. Construir seu pertencimento no grupo. Incluir-se. Promover a comunicação entre educadores e crianças. Procurar espaço para compartilhar experiências. Promover a comunicação entre as crianças e seus pares.

6. Relação criança-família

O educador precisa acreditar na família. Ser acolhedor e respeitoso, favorecendo a família a se perceber como fortalecida para exercer seu papel. Ser mediador de relação entre criança e família.

7. Profissionalidade: intencionalidade na ação

O educador deve desenvolver profissionalismo. Fazer de cada ação um ato consciente. Conduzir, planejar e avaliar seu fazer educativo. Planejar e coordenar as atividades, focando os aspectos que deseja trabalhar com as crianças.

A formação e capacitação continuada dos profissionais

Esta é uma preocupação recorrente quando se fala em serviços de acolhimento. Como formar os educadores? Será possível formar pessoal para uma função tão complexa? “Parece não existir pessoa para desenvolver este papel”, dizem alguns gestores de abrigo institucional. No entanto, os educadores têm desenvolvido importantes trabalhos nesses espaços. Mas para que isso aconteça é necessário que eles tenham espaços de reflexão constante sobre o processo educativo.

Qualquer formação prévia que tenha o educador não substitui a necessidade de uma formação na instituição em que trabalha, para a construção do projeto pedagógico.

O principal motor que conduz a construção desse trabalho é a formação dos profissionais, que, por ser constante, é chamada de continuada. Essa formação vai se cons-

tituir no centro vital do acolhimento, a sua alma, pois vai definir a forma com que cada serviço de acolhimento vai conduzir seu trabalho, construir suas concepções.

A formação, como é proposta aqui, vai permitir a construção coletiva do projeto político-pedagógico de cada serviço, pois esta é feita através da discussão com a participação de todos os profissionais, a partir de sua prática. Tal formação proporciona a consciência coletiva do grupo sobre o seu fazer e permite que todos se coloquem e participem do processo. Por outro lado, favorece o crescimento e o amadurecimento dos educadores individualmente, como profissionais e como pessoas.



✧ Não há projeto que se transforme e promova mudanças por si só; todas as pessoas que dele participam se transformaram também. (Depoimento de profissional durante um processo de formação).

São várias as modalidades e dimensões em que esta formação se desenvolve:

Reuniões de elaboração da prática – Esta pode ser considerada a primeira etapa. A partir de encontros entre educadores para discussões da prática, com o apoio de um coordenador ou de um supervisor, eles vão elaborando um significado para as ações que executam, o que podemos considerar como a construção de um jeito de fazer e de uma teoria. Refletem sobre o cotidiano e as rotinas do serviço na sua dimensão educativa, sobre o projeto de atendimento coletivo e o de cada criança. Estas reflexões constantes vão promover a construção de um projeto educativo feito pelo grupo de profissionais. Simultaneamente, vão possibilitar que os profissionais cada vez mais tomem consciência do que pensam, do que sentem, do que acreditam, de quais objetivos e valores da educação estão promovendo. Quanto mais elaborada estiver esta discussão, melhor será a seleção dos novos profissionais, pois estará mais claro o perfil desejado. A formação do educador é um debate constante, orientado e conduzido por um coordenador, que é, em geral, o pedagogo ou o psicólogo.

Cursos pontuais – Com debates sobre desenvolvimento de crianças e adolescentes e questões presentes no cotidiano, como disciplina, agressividade, sexualidade, família, violência doméstica, drogas etc. Profissionais especialistas são convidados a trazer seu conhecimento.

Participação de discussões da comunidade – Também faz parte da formação dos educadores participarem de cursos e discussões sobre assuntos relativos ao tema do seu trabalho, tais como mudanças na lei, violências de diversos tipos etc.

O trabalho do acolhimento com as famílias

Embora poucos adolescentes e crianças presentes nos serviços de acolhimento possam ser considerados órfãos, o nome popular atribuído a tais instituições ainda é “orfanato”. Seria esta uma forma de negar as famílias?

“Quero ir para a minha casa com a minha mãe [...], porque eu tenho mãe!!!”
(Menina de 10 anos acolhida institucionalmente.)

O motivos do acolhimento institucional

Ao longo da história da assistência à infância e juventude, o Brasil veio rompendo com a convivência familiar e comunitária, em vez de preservá-la. Durante muito tempo não houve a preocupação de se conhecer a origem e as verdadeiras razões que levavam as crianças a serem acolhidas. De maneira geral, estas crianças eram consideradas abandonadas pelos pais.

Com isso, só mais recentemente, a partir das pesquisas realizadas nas instituições de acolhimento, tornou-se possível conhecer as características das crianças e dos adolescentes acolhidos, os motivos que levaram à medida de proteção, assim como as condições de vida de seus familiares.

As pesquisas nacionais e estaduais têm mostrado que se destacam como motivos de acolhimento: a pobreza das famílias; o abandono; a violência doméstica; a dependência química dos pais ou responsáveis, incluindo alcoolismo; a vivência de rua e a orfandade; entre outros.

Em geral, são os vários motivos associados que levam uma criança, um adolescente ou um grupo de irmãos a serem encaminhados a um serviço de acolhimento, mas, em geral, tais motivos referem-se direta ou indiretamente à pobreza e à precariedade das políticas públicas que atendem à demanda dessa população.

QUADRO III - DADOS COMPARATIVOS ENTRE AS PESQUISAS SOBRE O PERFIL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACOLHIDOS INSTITUCIONALMENTE

DADOS DO LEVANTAMENTO NACIONAL	DADOS DA PESQUISA DE MINAS GERAIS
PERFIL DA POPULAÇÃO	
<p>Das 20 mil crianças e adolescentes vivendo nas 589 instituições de acolhimento pesquisadas no Brasil:</p> <p>86,7% - têm família 58,2% - têm vínculo 58,5% - são meninos 63,6% - são afrodescendentes 61,3% - têm entre 7 e 15 anos</p>	<p>Das 4.731 crianças e adolescentes vivendo nas 355 instituições de acolhimento institucional do Estado de Minas Gerais:</p> <p>67% - têm família 55,6% - estão abrigados com os irmãos 52% - são meninos 52% - são afrodescendentes 74% - têm entre 7 e 18 anos</p>
MOTIVO DO ACOLHIMENTO	
<p>24,2% - pobreza 18,9% - abandono 11,7% - violência doméstica 11,4% - dependência química dos pais ou responsáveis, incluindo alcoolismo 7,0% - vivência de rua 5,2% - orfandade</p>	<p>18,45% - negligência 15,51% - maus-tratos / violência doméstica / agressão física 14,31% - abandono 9,36% - alcoolismo 7,72% - pobreza ou vivência, situação ou trajetória de rua da família e/ou criança 5,10% - abuso / suspeita / tentativa de violência sexual ou prostituição infantil 4,94 - situação de risco / vulnerabilidade social, física, psicológica, moral, habitacional; ameaça à vida do menor de idade 4,26 - uso ou tráfico de drogas por parte dos pais 2,73% - ausência de um ou ambos os genitores por falecimento / prisão / desaparecimento / internação hospitalar ou psiquiátrica 10,53% - outros motivos</p>

Obs.: a pesquisa “Diagnóstico das Instituições de acolhimento a crianças e adolescentes no Estado de Minas Gerais”, iniciada em 2008 e concluída em 2009, foi realizada pela Fundação João Pinheiro e coordenada por Frederico Poley Martins Ferreira.

Tempo de proteção institucional e tempo de reinserção na família

Se até 2009 o ECA não estipulava o prazo máximo para a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional, a partir da aprovação Lei 12.010/09 (LNA), a criança não deverá ficar abrigada por mais de dois anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária. (ECA, Artigo 19 – § 20).

O ECA, o PNCFC e a Lei 12.010/09 (LNA) apontam para a necessidade da urgência no trabalho a ser desenvolvido com esta população e sua família nos serviços de acolhimento. Se as crianças têm família, há de se investir no fortalecimento desse vínculo e no retorno para ela; caso isso não seja possível, prevê-se a colocação da criança em família substituta por medidas judiciais – guarda, tutela ou adoção. Caso nada disso aconteça, deve haver um projeto específico de acompanhamento para elas. Elas não podem ficar soltas no espaço.

Durante muito tempo, muitas crianças cresceram em instituições, não voltaram para suas famílias e não foram adotadas. Tornaram-se órfãs de pais vivos, esquecidas, sem nenhum projeto de futuro para elas, e aos 18 anos eram obrigadas a deixar as instituições. Para onde? Em que situação? É isto que as novas leis e os novos projetos estão se propondo a mudar.

Hoje, sua reinserção em algum grupo familiar pode ser um indicativo de sucesso no trabalho do serviço de acolhimento institucional: mas é também um grande desafio.

Se até a promulgação do ECA bastava o acolhimento atender a criança e o adolescente, independentemente das necessidades do grupo familiar como um todo, cada vez mais esses serviços (assim como os demais parceiros) devem considerar a importância da família de origem, visando à reinserção familiar das crianças e dos adolescentes.

Todas as orientações legais²² trazem novas regulamentações que referendam a reinserção familiar, agora, incluindo também o papel das instituições de acolhimento nesta responsabilidade.

22 O PNCFC (2006), as *Orientações técnicas* do MDS (2008), o Plano Estadual de Defesa do Direito de Criança de Minas Gerais (2009) e a Lei Nacional de Adoção (2009).

A tarefa de reinserção familiar pode ser articulada pela instituição de acolhimento, que está com a criança sob a sua guarda e sob o seu olhar – e os índices de sucesso na reintegração familiar ou de adaptação à família substituta são tão importantes que, com a aprovação da Lei 2.010 (LNA), tornaram-se critério para a renovação do registro da entidade de acolhimento institucional no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. (Art. 90, § 3º, inciso III – ECA).

A manutenção ou reintegração de criança ou adolescente à sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência, caso em que será esta incluída em programas de orientação e auxílio. (Art. 19, § 3º – ECA).

As instituições de acolhimento têm grande oportunidade de trabalhar a relação criança-família pela proximidade que tem com estes dois atores. No entanto, como isto não fazia parte da cultura do acolhimento, este aspecto nem sempre era priorizado ou valorizado. A família tinha os filhos acolhidos por não ter condições de mantê-los consigo ou por acreditar que estavam melhor cuidados na instituição; e era desacreditada, considerada incompetente. Por outro lado, o poder público não tinha nenhuma obrigatoriedade em apoiar esta família, que era a única responsável por si mesma e pelas próprias dificuldades. Hoje, faz parte do papel do Estado apoiar a família, principalmente aquela em situação de pobreza ou a que está passando por alguma situação crítica, para que ela possa assumir seus filhos.

Em função deste novo paradigma, uma importante mudança cultural está acontecendo. Para além do trabalho com a criança e o adolescente, estão sendo pensados meios de propiciar uma aproximação com as famílias. É importante saber o que cabe às instituições de acolhimento e o que cabe aos demais serviços da rede do sistema de garantia. É preciso saber também que, no caso de violência doméstica ou sexual, o trabalho implica em cuidados e responsabilidades ainda maiores, e tanto a instituição de acolhimento quanto a vara da infância precisam, muitas vezes, articular-se com os outros serviços da rede de proteção e serviços especializados neste tema para a condução do caso.

O papel do acolhimento em relação à família da criança e do adolescente

- Cabe à instituição de acolhimento desenvolver sua disponibilidade afetiva e operativa para acolher a família e isto é fundamental para o desenvolvimento da criança e do adolescente.
- Tratando a família de forma diferenciada e acolhedora, crianças e adolescentes se sentem mais apoiados e afetivamente mais seguros. Os vínculos da criança e da família se fortalecem. Ambos sentem-se mais esperançosos em relação ao seu futuro.
- A família é vista como parceira, superando-se qualquer tipo de competição pela posse da criança.
- No trato com a família fragilizada e despotencializada, a relação é de respeito e fortalecimento, para que ela possa perceber seu valor, seu potencial, crescer e assumir de volta sua prole.
- Cabe à instituição de acolhimento observar, acompanhar, cuidar e mediar a relação de mães e filhos por estar próximo de ambos.
- Cabe à instituição de acolhimento articular-se em rede, para que a família tenha acesso mais facilmente aos outros serviços e supere suas dificuldades.





- * Gabriela, muito vinculada à mãe, fugia da instituição de acolhimento para visitá-la. A mãe, com problema de alcoolismo, não conseguia assumir os filhos. O mais velho, envolvido com drogas, vivia nas ruas. Os profissionais da instituição negociaram com Gabriela, para que ela pudesse conversar com sua mãe sem precisar fugir, negociaram com a mãe, para que Gabriela soubesse que mãe e instituição de acolhimento tinham uma ligação e queriam a mesma coisa: a volta de Gabriela para casa. Neste processo de vinculação e potencialização de ambas para viverem juntas, a psicóloga deu uma flor à Gabriela para que esta desse à mãe e dissesse algo a ela. Gabriela correu para a mãe, lhe estendeu a flor e disse: “Mãe, obrigada por tudo”. Esta ação da menina mostrou que mesmo a mãe tendo dificuldades, Gabriela tinha por ela a maior admiração.
- * No aniversário de Joana, a coordenadora do abrigo institucional perguntou-lhe como gostaria de enfeitar a mesa da festa. Joana respondeu: “Não precisa nada não. Se puser umas fotos minhas e da minha mãe na parede já está ótimo”. (Depoimento de uma supervisora)

O papel da rede no trabalho específico com as famílias

Cabe à rede realizar um trabalho mais direto e aprofundado com a família, que envolva a recuperação das relações intrafamiliares, o trabalho com a rede familiar para acompanhamento das crianças acolhidas, orientação profissional ou ampliação da renda familiar. Deve ser desenvolvido por um grupo especializado, que atue de modo integrado ao trabalho da instituição de acolhimento. É o que se espera do Cras e do Creas, embora possa ser desenvolvido por outros grupos. Algumas instituições de acolhimento mantêm um braço do seu trabalho especializando-se em família, como é o caso do programa “De volta para casa”, que tem se expandido no Estado de Minas Gerais. Neste caso, há uma equipe que se especializa e se aprofunda nas questões familiares.

AS PROPOSTAS DO PLANO ESTADUAL DE CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA DE MINAS GERAIS

- A reintegração familiar deve ser um processo gradativo, planejado e acompanhado pela equipe interprofissional do serviço de acolhimento – familiar e institucional –, com o objetivo de fortalecer as relações familiares e as redes sociais de apoio da família.
- Métodos e técnicas como visitas domiciliares e entrevistas, grupos de mães, pais e famílias, encontros entre a família e a criança ou adolescente, estudos de caso, entre outros, podem ser utilizados.
- Além das intervenções realizadas pela equipe técnica do serviço, deve ser realizado encaminhamento da família para a rede de serviços local, segundo as demandas identificadas.
- No processo de reintegração é necessário haver uma articulação entre os atores envolvidos – Rede de Saúde e Educação, Centro de Referência de Assistência Social, Centro de Referência Especializado de Assistência Social, Conselho Tutelar, Justiça da Infância e da Juventude, dentre outros – no atendimento aos direitos e no acompanhamento da família, como também um envolvimento de pessoas da família ou da comunidade que possam ser referência e apoio para a família que está vulnerável.
- Para que o trabalho de reintegração seja bem sucedido, uma série de atuações articuladas são imprescindíveis, entre os profissionais envolvidos e a rede de apoio familiar e comunitária.
- É fundamental que ocorram reuniões periódicas entre as equipes dos serviços de acolhimento e os profissionais dos demais serviços envolvidos no acompanhamento das famílias.
- Esse processo deve ser avaliado permanentemente pelos atores envolvidos. Isso implica possíveis mudanças na atuação, inclusive recorrendo às redes de apoio familiar e comunitárias, de tal forma que o processo de reintegração familiar seja explorado em todas as suas possibilidades.

Considerações Finais

“Nossa proposta de acolhimento institucional tem a ver com o sonho de uma sociedade mais aberta, diversa, justa e igualitária”²³

As propostas e projetos descritos nesta publicação mostram um movimento de crescimento e ampliação de possibilidades para os serviços de acolhimento institucional. Sabemos que não são mudanças fáceis. A construção deste sonho é uma proposta complexa, desafiadora, instigante e ousada. Há culturas enraizadas sobre os modos de educar crianças e adolescentes acolhidos e há estigmas e representações negativas sobre o acolhimento institucional no imaginário coletivo que atuam na contramão das mudanças.

De todas as instituições que lidam com educação, as instituições de acolhimento parecem ter as características mais agudas, as situações mais extremas e as contradições mais fortes. Os sofrimentos com que lidam estas instituições, as rupturas afetivas, a humilhação da situação de pobreza e a tristeza do abandono fazem surgir desafios cotidianos tanto para as crianças, os adolescentes e suas famílias, como para os profissionais. É necessário criar recursos para lidar com a dor, sem negá-la ou ignorá-la. É preciso saber encarar a dor para superá-la, olhar as contradições presentes na instituição para decifrá-las e construir novas saídas.

Estas contradições não são apenas aquelas que se referem diretamente às pessoas – crianças, adolescentes, famílias, educadores envolvidos –, mas também à posição e ao lugar ocupado por esta instituição nas redes de significação social.

O primeiro desafio da complexidade do acolhimento institucional se inicia nos níveis mais elementares da sua própria existência, como o ser ou não ser. Caminhando no fio do equilibrista, estas instituições vivem um forte movimento de negação e exclusão no imaginário coletivo, como se não devessem existir porque se trata de algo ruim. No entanto, mesmo negadas, elas não só existem, como são requisitadas: há uma grande procura de vagas, às vezes em situação de emergência e com casos muito complexos.

Tal negação coloca essas instituições em situação de empobrecimento de recursos de todos os tipos, materiais, técnicos e cognitivos. Só quando se admite a necessidade de enfrentar a contradição como algo a ser decifrado e superado, criam-se recursos e abrem-se caminhos. Tem-se então uma incrível chance de transformação da instituição

23 Depoimento de profissionais de abrigo institucional.

e de intervenção junto à sua população-alvo. Consegue-se trazer novos significados para as crianças, para os adolescentes e para suas famílias. O modo de atuação dos profissionais, o jeito como se faz este trabalho, a forma como se acolhe e se educa crianças, adolescentes e suas famílias, faz uma grande diferença em suas vidas. Pode-se dar a eles esperança e força, mostrando seu valor e importância, apesar das circunstâncias adversas daquele momento.

Pertencerem, poder ser respeitados e incluídos torna-se, para crianças, adolescentes e famílias, uma realidade. A instituição pode oferecer um modo diferenciado de inclusão e contribuir para a não repetição do abandono.

Os profissionais que estão no acolhimento institucional precisam saber que têm um enorme potencial de influência positiva sobre vidas que estão, muitas vezes, desesperançadas e enfraquecidas. Seu modo de agir é muito importante para as crianças e os adolescentes e, por isso, precisam conhecer e incorporar estratégias e atitudes para atender às suas diferentes necessidades. Os profissionais não devem estar sós. Eles devem ser apoiados por uma rede de serviços e programas sociais na perspectiva da proteção integral (prevista no ECA), e abertos à capacitação e supervisão constantes, preparando-se e fortalecendo-se para exercer essa complexa função.

As crianças e adolescentes que chegam ao acolhimento institucional com certeza sofreram ou estão sofrendo rupturas, perdas, violências e, de alguma forma, isto deixa marcas. No entanto, o amor e a segurança também deixam marcas e podem trazer outras experiências e vivências.

O tempo em que estão na instituição, mesmo que seja breve, pode ser muito significativo e acolhedor, deixando lembranças marcantes. O acolhimento institucional pode proporcionar outro tipo de relacionamento e experiências em que crianças e adolescentes se percebam ouvidos e valorizados. Podem viver bons momentos, apesar das dificuldades enfrentadas.

Uma segunda situação complexa presente no acolhimento institucional está na amplitude e profundidade da sua ação. Ao mesmo tempo em que os profissionais precisam de disponibilidade para ultrapassar as paredes da instituição, ampliando horizontalmente suas relações em rede, precisam também, em um movimento vertical, aprofundar o conhecimento sobre cada criança ou adolescente, entendendo sua singularidade, seu movimento interno, muitas vezes cheio de mágoas e perdas.

No âmbito externo à instituição de acolhimento, é fundamental a articulação com a escola, o sistema de justiça, os órgãos de saúde, os serviços comunitários e os demais programas e projetos que podem ampliar a proteção das crianças e dos adolescentes na perspectiva da cidadania. No âmbito interno, é importante trabalhar a subjetividade de

cada criança e adolescente acolhido no seu mundo interior, na busca de si e de sua identidade, fortalecendo-o para enfrentar seu futuro e fazer seu projeto de vida. A instituição precisa para isso de uma variedade de profissionais com condições de trabalhar nestas duas direções. Estes profissionais devem ser parceiros para construir um projeto político-pedagógico comum, por meio de reflexões constantes e avaliações contínuas.

A terceira situação contraditória está presente no limite entre o espaço público e o privado. A instituição é um espaço público e é supervisionada por vários serviços que têm expectativas e valores diferentes e, às vezes, até divergentes. As reivindicações e exigências das Varas da Infância, das Secretarias da Assistência Social Municipal, da Vigilância Sanitária, dos Conselhos Tutelares, dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente, muitas vezes, não se articulam, deixando as instituições de acolhimento atordoadas no meio de tantos mandos e desmandos.

A qualquer hora, a instituição pode receber uma visita de um fiscal, porque é um espaço público. Por outro lado, é um espaço também privado. É moradia de crianças e adolescentes que precisam expressar sua dor, sua raiva, seus medos, seu amor e suas saudades. Ele precisa ser o espaço onde esses sentimentos podem ser expressos, acolhidos e correspondidos com privacidade. O educador precisa ter segurança, tranquilidade, equilíbrio e autoridade para acolher e dialogar com todos esses sentimentos, dar-lhes continência, atenção e estabelecer limites.

Para a criança e o adolescente se construírem como sujeitos, precisam ter esse espaço de intimidade junto a alguém em quem confiem, e os educadores precisam de formação e apoio para desempenharem esta tarefa.

Uma quarta situação complexa e contraditória está em lidar com idades tão diversas, desde as demandas do bebê pequeno, frágil, desnutrido, até as do adolescente frustrado, furioso, transgressor. Lidar adequadamente com esta diversidade exige número de adultos suficiente, projeto, metodologia, organização, rotina e formação constante.

Com um trabalho tão desafiador e complexo, o acolhimento institucional precisa desenvolver autoridade, dignidade e competência para, em parceria com a sua população-alvo e com a rede de garantia de direitos, inventar saídas, abrir novas portas, construir novas formas de ser e viver em sociedade. Precisa ter sua sustentabilidade assegurada para não ocupar o tempo de seu valioso e profundo trabalho, fazendo rifas e implorando caridade.

Com um trabalho de qualidade, a instituição de acolhimento pode se tornar uma comunidade altamente avançada e especializada, cuidando de situações de vulnerabilidade, buscando formas de desenvolver redes de apoio mútuo e de solidariedade.

Em parceria com sua população-alvo, e acreditando no potencial desta população, o acolhimento institucional anuncia novas formas de morar, trabalhar, educar, ser e viver em sociedade. É tempo de sonhar e ousar.

Para saber mais

Portal Promenino – Fundação Telefônica: <www.promenino.org.br>.

Visite especialmente a Cidade dos Direitos e discuta com as crianças, adolescentes e educadores o seu conteúdo. No link “Práticas de atendimento”, pode-se conhecer experiências de atendimento à criança e ao adolescente em diversos programas.

Vídeos: “Proteção Integral à Criança e ao Adolescente”, disponíveis para download no site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo <www.tj.sp.gov.br/corregedoria/infanciajuventude.aspx>. São produzidos pelo cinedi-Centro de Investigação sobre o Desenvolvimento Humano com a participação do GIAAA – Grupo de Investigação sobre o Acolhimento Familiar de Ribeirão Preto e tratam dos temas: Abrigamento e a Adoção – Que casa é esta? (2007); Delicada escolha (2008); Diferentes adoções (2008); A gente volta pra casa? (2009).

Filme: *O contador de história*. Brasil. Estúdio/Distrib.: Warner Home. Direção: Luiz Villaça. 2009.

Aos 6 anos de idade, Roberto Carlos Ramos é deixado em uma entidade assistencial por sua mãe, que tem a esperança de estar lhe proporcionando melhores condições de vida. Aos 13 anos, porém, Roberto continua analfabeto, tem mais de 100 fugas e várias infrações no currículo e é considerado “irrecuperável”. Mas o encontro com uma pedagoga mudará para sempre sua vida.

Coleção Abrigos em Movimento – SEDH – Neca – Inst. Fazendo História. 2010.

1. CADERNO 1 – Redes de Proteção Social – subsídios para o trabalho de reconstrução de redes pessoais e interinstitucionais. GUARÁ, Isa (Org.).
2. CADERNO 2 – Cada caso é um caso: estudos de caso, projeto personalizado de atendimento, relatórios de acompanhamento e tomadas de decisão. BERNARDI, Dayse (Org.).
3. CADERNO 3 – História de vida: identidade e proteção. A história de Martim e seus irmãos – A construção da vida a partir da história de vida das crianças. ELADE, Bruna (Org.).
4. CADERNO 4 – Abrigos em movimento – Relatos de abrigos que promoveram pequenas e grandes mudanças em seu atendimento. GULASSA, M. L. (Org.).
5. CADERNO 5 - Imaginar para encontrar a realidade: reflexões e propostas para o trabalho com jovens nos abrigos. GULASSA, M. L. (Org.).

Referências

- ALMEIDA, Ivy Gonçalves. *Rede social e relacionamento entre irmãos: a perspectiva de crianças em acolhimento institucional*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). USP Ribeirão Preto, 2009.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Lei Federal 8.069/1990.
- BRASIL. Lei Nacional de Adoção. Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009.
- BRASIL. MDS. Norma Operacional Básica da Assistência Social. Disponível em: <www.mds.gov.br/suas/menu_superior/publicacoes>.
- BRASIL. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Brasília, 2006.
- BRASIL. CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente); CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social). *Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. Brasília, 2009.
- ESTADO DE MINAS GERAIS. RESOLUÇÃO Nº 25, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2009.
- DURAND, Marina. O medo no trabalho e na vida social: Estudo psicanalítico da subjetividade brasileira, Ed. Annablume, 2010.
- FREIRE. P. *Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Paz e Terra, 1997.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, GOVERNO DE MINAS GERAIS. Ferreira, Frederico P. M. (Coord.). Relatório final do diagnóstico das Instituições de acolhimento a crianças e adolescentes no Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, ago. 2009.
- GULASSA, Maria Lúcia C. R. *De volta pra casa: a experiência da Casa de Acolhida Novella no fortalecimento da convivência familiar*. São Paulo: Fundação Abrinq, 2007. Disponível em: <http://sistemas.fundabrinq.org.br/biblioteca/acervo/2059_pc.pdf>.
- GULASSA, Maria Lucia C. R. – O Abrigo como Possibilidade – S. Paulo – Instituto Camargo Correa – Fundação Abrinq, 2005.
- IPEA_ CONANDA. *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília, dez. 2004.
- OLIVEIRA, Rita de Cássia Silva. *Crianças e adolescentes (des)acolhidos: a perda da filiação no processo de institucionalização*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). PUC-SP. 2001.
- _____. (Coord.). *Quero voltar para casa: o trabalho em rede e a garantia do direito à convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes que vivem em abrigos*. São Paulo: AASPTJ/SP, 2007. 152 p.
- RIBEIRO, Leni da Costa. *A trajetória de vida de um jovem que vivenciou o rompimento dos vínculos familiares e um longo período de abrigamento*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). PUC-SP, 2008.
- ROSSETI – FERREIRA, M. C.; Amorim, K. S.; Silva A. P. S. & Carvalho, A. M. A. (orgs). *Redes de significações e o estudo do desenvolvimento humano*, Porto Alegre, Artmed, 2004.
- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SERRANO, S. A. S. *O abrigamento de crianças de zero a seis anos de idade em Ribeirão Preto: caracterizando esse contexto*. 250 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. USP Ribeirão Preto, 2008.

Bibliografia complementar

- ARRUDA, Isabel Campos. *O cotidiano de um abrigo para crianças e adolescentes: uma simplicidade de complexa*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). PUC-SP, 2006.
- BAPTISTA, Myrian Veras (Coord.). *Abriço: comunidade de acolhida e socioeducação*. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006. (Coletânea Abrigar).
- COLEÇÃO ABRIGOS EM MOVIMENTO – S.Paulo – Neca e Instituto Fazendo História. 2010.
- CYRULNIK, Boris. *O murmúrio dos fantasmas*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CYRULNIK, Boris. *Os patinhos feios*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- DAFFRE, Sílvia Gomara (org). *Realidade dos abrigos: descaso ou prioridade*; Zagodoni Editora 2012.
- FÁVERO, E.T.; VITALE, M.A.F.; BAPTISTA, M.V. (Orgs.). *Famílias de crianças e adolescentes. Quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam*. São Paulo: Paulus, 2008.
- FRAGA, Lorena Barbosa. *Infância, práticas educativas e de cuidado; concepção de educadores de abrigo à luz da história de vida*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). USP Ribeirão Preto, 2008.
- GUIRADO, M. *Instituição e relações afetivas: o vínculo com o abandono*. São Paulo: Summus, 1986.
- HOLLAND, Cecília Vasconcelos. *“Todos juntos ao redor da mesa”: uma avaliação da alimentação em abrigos*. Dissertação (Mestrado em Nutrição). USP, 2004.
- MARCÍLIO, M. L. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MARIOTTI, Humberto. *Pensamento Complexo: Suas Aplicações à Liderança, à Aprendizagem e ao Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Atlas, 2010.
- OLIVEIRA, R. C. S. (Coord.). *Quero voltar para casa: o trabalho em rede e a garantia do direito à convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes que vivem em abrigos*. São Paulo: AASPTJ/SP, 2007. 152 p.
- PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene. (Orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Amais, 1995.
- RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Amais, 1997.
- RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.
- ROSSETTI-FERREIRA, M.C.; SERRANO, S.A.; ALMEIDA, I.G. (Orgs.) *O acolhimento institucional na perspectiva da criança*. São Paulo: Hucitec, 2011.
- ROSSETTI-FERREIRA, M.C.; AMORIM, K.S.; A.P.S. & Carvalho, A.M.A. (Orgs.). *Rede de Significações e o estudo do desenvolvimento humano*. Porto alegre: Artmed, 2004.



apoio:

